

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Décima-Segunda Sessão Ordinária

27 - 29 de Janeiro de 2008

Adis Ababa, Etiópia

EX.CL/380 (XII)

RELATÓRIO DO SEGUNDO FÓRUM PAN-AFRICANO SOBRE AS
CRIANÇAS: AVALIAÇÃO INTERMÉDIA,
29 DE OUTUBRO A 2 DE NOVEMBRO DE 2007
CAIRO, EGITO

INTRODUÇÃO

Recorde-se que o Primeiro Fórum Pan-Africano sobre o Futuro da Criança realizado no Cairo, Egipto, em Maio de 2001, adoptou a Declaração e Plano de Acção sobre a Criança, que constituem a Posição Comum Africana sobre a Criança – África Digna para a Criança. A Posição Comum Africana foi a contribuição de África na Assembleia Geral Especial das Nações Unidas sobre a Criança realizada em Maio de 2002.

Os princípios básicos sobre os quais assenta a África Digna para a Criança, incluem o reconhecimento dos desafios que as crianças e os jovens do Continente enfrentam, os compromissos assumidos para melhorar os seus níveis de vida e bem estar, e a necessidade de garantir a sua sobrevivência, protecção, desenvolvimento e participação. A Declaração e o Plano de Acção da África Digna para a Criança estabelecem directrizes para atingir um número de objectivos realísticos e alcançáveis.

Entre outros, a Declaração coloca ênfase sobre: a redução do nível de mortalidade infantil não relacionado com A SIDA; redução da transmissão do VIH de Mãe para a Criança; promoção de amamentação exclusiva dos bebés até seis meses; a erradicação da Poliomielite até 2005; protecção das crianças nos conflitos armados; a protecção das crianças contra a violência, negligência, abuso, exploração e tráfico.

O Plano de Acção identifica as seguintes áreas prioritárias e estabelece as directrizes para a sua inclusão nos Planos Nacionais de Acção: o quadro completo para a implementação do Plano de Acção; a Melhoria das oportunidades para as crianças; Vencer o VIH/SIDA; Realizar o direito à educação; Realizar o direito à protecção; e a Participação das crianças e da Juventude. O Plano também estabelece um mecanismo de controlo apela para acções a diferentes níveis e exorta no sentido de uma verdadeira parceria, alto grau de compromisso e responsabilização. No Plano de Acção, a Comissão da UA é chamada a “realizar uma revisão a médio prazo dos progressos registados na implementação do Plano de Acção no ano de 2006”. Esta solicitação foi reiterada na Decisão Assembly/AU/Dec.75(V) adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo em Sirte em 2005.

Na implementação do Mandato acima referido, a Comissão da UA convocou o Segundo Fórum Pan-Africano sobre a Criança: Revisão a Meio Percurso, no Cairo, Egipto, de 29 de Outubro a 2 de Novembro de 2007. O principal objectivo deste Fórum era rever e avaliar o progresso feito pelos Estados Membros na implementação dos compromissos assumidos na Declaração e no Plano de Acção da África Digna para a Criança; identificar as falhas e os constrangimentos; reconhecer melhores práticas; e conceber a via a seguir. O Fórum tinha também o objectivo de desenvolver a Posição Comum de África para Reunião Plenária Comemorativa de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas a realizar-se em Dezembro de 2007.

Na preparação para o Fórum, a Comissão da UA enviou um questionário baseado nas prioridades estabelecidas no Plano de Acção a todos Estados Membros. As respostas ao questionário foram consolidadas num relatório que foi analisado pelo Fórum. Para ter-se em consideração as opiniões das crianças, foram realizadas concertações com as crianças a nível nacional em muitos países e um relatório sobre os resultados das consultas, foi também analisado pelo Fórum.

O Fórum contou com o patrocínio da Primeira Dama do Egipto, Sra. Suzanne Mubarak, e a participação dos Ministros e Peritos dos Estados Membros da UA, bem como Representantes de Agências das Nações Unidas, ONGs, Organizações da Sociedade Civil e outras Organizações Internacionais e Regionais que tratam de assuntos relacionados com crianças.

O principal resultado desse Fórum foi um Apelo para Acção Acelerada na Implementação do Plano de Acção para uma África Digna para a Criança (2008-2012). O Apelo foi a contribuição de África na Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em Nova Iorque, em Dezembro de 2007.

O Relatório da Reunião Ministerial, bem como o Apelo para Acção Acelerada serão submetidos ao Conselho Executivo para aprovação.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Segunda Sessão Ordinária
27 - 29 de Janeiro de 2008
Adis Ababa, Etiópia

EX.CL/380 (XII)

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PERITOS

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www.africa-union.org

SEGUNDO FÓRUM PAN-AFRICANO
SOBRE A CRIANÇA: REVISÃO INTERMÉDIA
29 de Outubro – 2 de Novembro de 2007
Cairo, Egipto

PANAF/FORUM/CHD/EXPT/Rpt (II)

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PERITOS

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PERITOS

I. INTRODUÇÃO

1. A Reunião de Peritos do Segundo Fórum Pan-africano sobre a Criança: Revisão Intermédia, foi realizada de 29 a 31 de Outubro de 2007, no Centro Internacional de Conferencias, Madina Nasr, Cairo, Egipto. A Conferência teve como tema a *"Avaliação dos Progressos e um Apelo para uma Acção Acelerada com vista ao Alcance da Posição Comum Africana em prol de uma África Digna para as Crianças"*. O Objectivo da Conferência foi rever o estado de implementação dos compromissos de 2001, identificar os desafios e os obstáculos conexos e adoptar estratégias para a promoção mais eficaz do Bem-estar das Crianças Africanas, desde o presente até 2012.

2. Importa recordar que o Primeiro Fórum Pan-africano sobre o Futuro da Criança foi realizado no Cairo, Egipto, sob os auspícios de Sua Excelência, Primeira-dama do Egipto, Sr^a Susan Mubarak. A Declaração e o Plano de Acção de uma África Digna para as Crianças foram adoptados para implementação a nível nacional; a Declaração e o Plano de Acção também serviram de base para a Posição Comum Africana à Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre a Criança, realizada em Nova Iorque em 2002, que adoptou a Declaração sobre um "Mundo Digno para as Crianças".

II. PARTICIPAÇÃO

3. A Reunião de Peritos teve a participação dos delegados dos seguintes Estados Membros da UA: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, República Centro-africana, Camarões, Comores, República do Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Jamahiriya Árabe Líbia, Lesoto, Libéria, Malawi, Mali, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, Ruanda, Senegal, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

4. As seguintes Agências das Nações Unidas, Organizações Intergovernamentais e Não-governamentais e Parceiros de Cooperação, bem como Órgãos da UA e países Não Africanos também se fizeram representar: UNICEF, UNAIDS, ACNUR, Fundação Diáspora Africana, CICV, IMOCEF, OIM, Instituto de Estudos de Segurança (ISS), ANPPCAN, National Council for Child and Motherhood (NCCM), CONAFE, Nelson Mandela Children's Fund, Lacto Misr, Egipto, ACERWC, Embaixada da China no Egipto, African Child Policy Forum, Plan International, Forum on Street Children (FSCE), Institute for Human Rights and Development in Africa, Save the Children (representando a Aliança), Hague Conference on Private International Law, Christian Children's Fund, PAM, World Association of Girl Guides and Girl Scouts, ECPAT International, Action Professional Association for the People (Etiópia), NEPAD, União Africana dos Cegos (AFUB), Comité de Ligação das Organizações Sociais de Defesa dos

Direitos da Criança (CLOSE), Rede Ugandesa de ONGs sobre os Direitos da Criança, Coligação de Associações Nacionais e ONGs a favor da Criança - Senegal.

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

5. A Cerimónia de Abertura da Reunião de Peritos foi presidida pela Sr^a Mouchira Khattab, Secretária-geral do Conselho Nacional da Criança e Maternidade ["National Council of Children and Motherhood (NCCM)"]. Os seguintes funcionários e dignatários proferiram discursos, cujo resumo se segue:

a) Discurso do Representante do do Egipto

6. Na sua alocução, a Embaixadora Moushira Khattab, Secretária-geral do NCCM endereçou os agradecimentos do Governo egípcio à Comissão da UA e aos Estados Membros que responderam ao questionário, com vista à avaliação intermédia. Também elogiou a UNICEF e o Egipto pelas suas contribuições para o processo de avaliação.

7. Transmitiu as saudações da Patrona do Fórum, Sr^a Mubarak, à Conferência. Realçou que deveriam ser avaliados os progressos realizados em matéria de direitos da criança em África. Disse igualmente que a África foi sempre vista como o continente de calamidades, conflitos e problemas, apesar das grandes realizações do continente.

8. Em conclusão, fez as seguintes recomendações:

- Que critérios importantes e pertinentes para a avaliação dos progressos efectuados em matéria dos direitos da criança sejam estabelecidos;
- Os Estados que ainda não responderam ao questionário foram encorajados a fazê-lo. É de lembrar que este questionário foi preparado pelo Departamento dos Assuntos Sociais da Comissão da União Africana e enviado a todos os Estados Membros da UA, pedindo-lhes que apresentassem os progressos alcançados na implementação do Plano de Acção;
- Que a Declaração e o Plano de Acção, que constituem a Posição Comum Africana sobre as Crianças na "África Digna para as Crianças" sejam implementados.

b) Intervenção da Sr^a Linda Johannes, Representante da Juventude

9. Os jovens foram representados pela Sr^a Linda Yohannes (Etiópia) que é também membro da "Fale África [Speak África]" (Unicef-Etiópia). Realçou que

além dos discursos e resoluções nas grandes reuniões internacionais, há necessidade de uma participação mais abrangente dos jovens, nos seus respectivos países. Propôs a criação de estruturas para uma efectiva participação dos jovens numa base regular, não apenas para consultas, mas também para tomada de decisões a todos os níveis. Alertou para a consciencialização entre os jovens de África, sobre a existência da Carta Africana da Juventude que foi adoptada pelos Chefes de Estado Africanos em 2006. Acrescentou que a juventude deve ser envolvida no processo em curso de ratificação da Carta, de modo que as suas ideias sobre o que se espera desse processo, sejam tidas em conta.

10. Reiterou a necessidade de serem dadas oportunidades, instrumentos e espaço aos jovens para tornar essas resoluções e realidade e para os grupos de jovens deliberarem e participar na tomada de decisões sobre matérias relacionadas com o desenvolvimento económico, VIH e SIDA e o ambiente, entre outros. Outras instituições como a sociedade civil, os média, instituições religiosas e mesmo as Organizações Juvenis também devem criar espaço para os jovens nos diferentes fóruns. Exortou para que resoluções adoptadas de tempos a tempos devem ser significativas de modo a garantir a responsabilização de situações tais como incapacidade de providenciar ensino primário gratuito em muitos países Africanos, acesso limitado aos cuidados de saúde, casamentos prematuros e exploração sexual. Referiu ainda que os jovens sabem onde residem muitos dos seus problemas, e podem portanto desempenhar um papel crucial dando força aos ministérios, departamentos e instituições interessadas, para abordar esses problemas.

11. Consciente do facto de que o Fundo Africano para o Desenvolvimento (ADF) deu aos jovens e crianças a oportunidade para questionar e debater com Ministros que trabalham sobre seus assuntos, ela realçou a necessidade de estabelecer estruturas tais como parlamentos de crianças e conselhos locais de jovens numa base regular, e capacita-los para tratar os constrangimentos e desafios que enfrentam. Encorajou ainda a esforços no sentido da procura de soluções para as resoluções feitas anteriormente, relativamente aos jovens e crianças, ao invés de se adoptarem outros. Realçou que os jovens são a solução dos seus próprios problemas e devem ser capacitados para resolvê-los.

c) Discurso da Adv. Bience Gawanas, Comissária da União Africana para os Assuntos Sociais

12. Depois de saudar os participantes, S.E. Advogada Bience Gawanas, Comissária da UA para os Assuntos Sociais agradeceu a Republica Árabe do Egipto por acolher esta importante reunião, particularmente S.E. Sra. Suzan Mubarak, a Primeira-dama do Egipto, na qualidade de patrona do Fórum, e a Embaixadora Moushira Khattab, Secretária-geral do NCCM, respectivamente. Ela realçou a importância do Fórum e indicou que tal reflecte renovados

compromissos e dedicação do continente na busca de soluções para os problemas que as crianças de África enfrentam.

13. Referindo-se à Declaração e Plano de Acção que emanam do Primeiro Fórum Pan-africano sobre Crianças, realizado em 2001, a Comissária Gawanas lembrou que o presente Fórum visa avaliar o grau de implementação dos objectivos e prioridades. O Fórum visava também identificar uma variedade de boas práticas relacionadas, para uma efectiva implementação do Plano de Acção de uma África Digna das Crianças.

14. A Comissária Gawanas elogiou igualmente os Estados Membros que responderam ao questionário de avaliação que serviu de base para o Fórum e apelou a aqueles que ainda não enviaram os relatórios a fazê-lo. Apelou ainda para a ratificação da Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança. Sublinhou ainda a necessidade de uma activa participação, consulta e contribuição das crianças no presente Fórum.

15. A Comissária disse ainda que o resultado principal do Fórum, o Apelo para uma Acção Acelerada para a Sobrevivência, Protecção, Desenvolvimento e Participação da Criança deverá também constituir a Posição Comum Africana na Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, prevista para Dezembro de 2007. Em conclusão, mostrou-se esperançada de que a Reunião de Peritos pudesse gerar um profundo debate, do qual saíam recomendações concisas e criativas para consideração pelos Ministros responsáveis pelos assuntos de crianças no continente.

IV. Ponto 2 da Agenda: QUESTÕES DE PROCEDIMENTO

a) Eleição da Mesa

16. Após consultas, foi adoptada a seguinte Mesa:

Presidente:	Egipto	(África do Norte)
1º Vice-presidente:	África do Sul	(África Austral)
2º Vice-presidente:	Gabão	(África Central)
3º Vice-presidente:	Gana	(África Ocidental)
Relator:	Maurícias	(África Oriental)

b) Adopção da Agenda

17. O Fórum adoptou a Agenda como foi apresentada.

c) Organização dos Trabalhos

18. A Reunião adoptou o seguinte horário de trabalho:

Manhã:	09.00 hrs – 13.00 hrs
Tarde:	14.30 hrs – 18.00 hrs

V. Ponto 3 da Agenda: REVISÃO DA POSIÇÃO COMUM AFRICANA SOBRE A CRIANÇA: UMA ÁFRICA DIGNA PARA AS CRIANÇAS

19. A Representante da União Africana apresentou a avaliação sobre a Posição Comum Africana: uma África Digna para Crianças. Ela evocou a Declaração e o Plano de Acção sobre a protecção, sobrevivência e desenvolvimento da criança adoptados pela Cimeira Mundial sobre Crianças, em 1990, que deu directivas sobre o que se deveria alcançar aos níveis nacional, regional e internacional, para garantir um futuro melhor para a criança. Também mencionou a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança, igualmente adoptada em 1990, na qual os Estados Membros se comprometeram a aprovar todas as medidas legislativas e outras para assegurar a promoção dos direitos e bem-estar da criança. Observou que a Carta Africana entrou em vigor em 1999 e até hoje só 41 Estados Membros a ratificaram. Mais lembrou que no Consenso de Dakar, que foi resultado da Conferência Internacional da OUA sobre a Ajuda às Crianças Africanas (ICAAC) realizada em 1992, após a Cimeira Mundial, os compromissos foram reafirmados no sentido de prosseguir com a implementação dos objectivos sobre a sobrevivência, protecção e desenvolvimento até meados da década. Contudo, tendo em conta o facto de ter havido poucos progressos na melhoria da situação das crianças, especialmente em África, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu convocar uma sessão particular sobre a criança (SEAGNU), em 2001.

20. Em conformidade com essa decisão, a Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da então OUA mandou o Secretariado da OUA para elaborar uma posição Comum Africana como contribuição da África para a SEAGNU. A Posição Comum Africana: África Digna para as Crianças foi subsequentemente adoptada no primeiro Fórum Pan-africano sobre o Futuro da Criança, realizado no Cairo em Maio de 2001 e apresentada à SEAGNU em Maio de 2002.

21. A Representante da UA sublinhou que a Declaração estabeleceu objectivos que eram realistas e alcançáveis, o Plano de Acção deu orientações para a inclusão nos Planos Nacionais de Acção das seguintes áreas prioritárias; enquadramento geral para a implementação do Plano de Acção; reforço da esperança de vida das crianças; vencer o HIV e SIDA; fazer do direito à educação e à protecção uma realidade e Participação de crianças e jovens. O Plano de Acção também estabeleceu mecanismos para parcerias e controlo.

Sublinhou que no Plano de Acção, a Comissão da UA foi mandatada para organizar uma sessão especial sobre a criança de dois em dois anos. Além disso, na Decisão Assembly/AU/Dec. 75 (V), foi solicitada à Comissão da UA que organizasse uma Revisão Intermédia para avaliar os progressos na implementação do Plano de Acção.

22. Ela informou a reunião que na preparação do Segundo Fórum Pan-africano sobre a Criança, a Comissão da UA comprometeu-se com as seguintes medidas: um questionário baseado no Plano de Acção que foi enviado a todos os Estados; consultas a crianças e jovens que foram realizados a nível nacional em tantos países quanto possível; e um projecto de Apelo para uma Acção Acelerada sobre a Sobrevivência, Protecção, Desenvolvimento e Participação, que foi elaborado. Acrescentou que o Apelo para Acção Acelerada seria a posição comum da África na Sessão Especial das Nações Unidas a realizar-se em Dezembro de 2007.

23. Depois, ela fez uma informação resumida sobre as actividades levadas a cabo pela Comissão da UA após o Primeiro Fórum Pan-africano sobre crianças de 2001. Referiu-se igualmente à criação de um Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-estar das Crianças em Julho de 2001; a adopção da Declaração e do Plano de Acção de Abuja sobre VIH e SIDA, Tuberculose e outras Doenças Infecciosas Relacionadas, em 2000; a adopção da Decisão sobre Acções Aceleradas para Sobrevivência e Desenvolvimento da Criança em África pelos Chefes de Estado e de Governo em Sirte, Líbia, em 2005; a adopção do Plano de Acção África/UE para o Combate ao Tráfico de Seres Humanos, especialmente Mulheres e Crianças, pela Assembleia de Chefes de Estado e Governo em 2006; a adopção da Carta Africana da Juventude e o lançamento do Segundo Decénio da Educação para a África em 2006.

24. Em conclusão, a Representante disse que o Fórum teria a oportunidade de proceder a um debate profundo sobre os vários pontos levantados no Plano de Acção.

25. No debate que se seguiu à apresentação, a União Africana foi elogiada pela avaliação feita. Contudo, foi sublinhado que era importante tomar em conta o Estudo das NU sobre a Violência contra as Crianças, bem como as recomendações da Cimeira Africana dos Meios de Comunicação sobre Crianças, que teve lugar na África do Sul, em Março de 2007.

26. A reunião tomou nota do relatório.

VI. Ponto 4 da Agenda: ANÁLISE DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO E DO PLANO DE ACÇÃO RELATIVA A UMA ÁFRICA DIGNA PARA A CRIANÇA

27. Um representante da Comissão da União Africana apresentou o Relatório de Actividades sobre a Implementação da Declaração e o Plano de Acção África Digna para as Crianças. A exposição começou pela apresentação, resumo do mandato e do objectivo da avaliação intermédia. Os participantes foram lembrados que a então Organização da Unidade Africana (OUA) tinha sido mandatada pelo Plano de Acção da Posição Comum Africana para conduzir uma revisão intermédia no sentido de avaliar os progressos alcançados na implementação de uma África Digna para as Crianças. O objectivo da revisão era o de avaliar os progressos alcançados pelos Estados Membros da UA na melhoria da vida das crianças e da juventude de África, após a adopção da Posição Comum Africana em 2001. A exposição sublinhou as áreas prioritárias detalhadas na Declaração e no Plano de Acção. A UA também forneceu um resumo da metodologia adoptada na condução desse estudo.

28. O resumo do quadro legislativo e institucional geral debruçou-se sobre questões relacionadas com a ratificação dos principais instrumentos jurídicos sobre os direitos e o bem-estar das crianças, bem como a introdução pelos Estados Membros dos instrumentos internacionais na legislação internacional. Questões relativas a leis sobre o trabalho infantil e a adopção de leis para a protecção da criança foram também analisadas no relatório. Os participantes foram informados que os Estados Membros adoptaram acordos institucionais distintos para o bem-estar das crianças. O relatório registou, contudo, que os direitos e o bem-estar da criança ultrapassam a ratificação de leis ou a existência de uma infra-estrutura adequada, para requererem a implementação das leis.

29. Ao apresentar a secção do relatório sobre o fortalecimento das possibilidades de vida, a União Africana sublinhou as tendências da mortalidade infantil em África após a Declaração e o Plano de Acção África Digna para as Crianças, de 2001. A apresentação destacou o impacto da desnutrição sobre a mortalidade infantil bem como as mortes desnecessárias das crianças com menos de 5 anos devido a doenças preveníveis. A exposição resumiu a ligação entre a saúde materna e a mortalidade infantil. Os progressos que os Estados Membros alcançaram também foram salientados, particularmente nas áreas de suplemento de micro-nutrientes, cobertura com redes mosquiteiras tratadas com insecticida (ITN) para a malária, e implementação de esquemas de protecção social inovadoras.

30. A secção do relatório sobre Combate ao VIH e SIDA elucidou relativamente as taxas de incidência do VIH e SIDA em África. O registo do continente no tratamento com terapia anti-retroviral (ART) foi indicado assim como foram as várias iniciativas destinadas a aumentar a sensibilização e medidas de prevenção. A questão das crianças órfãs e vulneráveis também foi sublinhada. No geral, o relatório concluiu que enquanto se registaram progressos em algumas áreas, acontece que a SIDA permanece uma pandemia que afecta a África, particularmente as suas crianças.

31. No tocante à Implementação do Direito à Educação, o relatório registou que embora algum progresso tenha sido alcançado após a Declaração e o Plano de Acção de 2001, África Digna para as Crianças, reconheceu a necessidade de investimentos consideráveis para que futuras gerações de crianças africanas obtenham educação qualitativa. O relatório realçou ainda que enquanto algumas iniciativas demonstraram sucesso (tais como Educação para Todos), outras não se mostraram tão boas – com referência específica ao (Primeiro) Decênio da Educação em África. O relatório sublinhou as preocupações relacionadas com o desenvolvimento da pequena infância (ECD) e os direitos e necessidades das crianças com carências especiais.

32. Os participantes foram informados sobre os resultados do relatório relativamente à Implementação do Direito à Protecção. O relatório realçou a protecção de crianças em situações de conflito armado, a protecção legal de crianças, a protecção de crianças contra a violência, esquecimento, abuso e exploração (incluindo tráfico, crianças portadoras de deficiência, e trabalho infantil). Os participantes foram também informados até que ponto a situação das crianças permanece difícil, seis anos após a adopção da Declaração e do Plano de Acção África Digna para as Crianças. A violência, à qual estão sujeitas as raparigas e mulheres, foi particularmente destacada no relatório.

33. No domínio da participação da juventude e das crianças, os questionários revelaram que apesar de algumas disposições institucionais para a participação da juventude e das crianças terem sido adoptadas em alguns países, estas estruturas não registaram necessariamente uma participação alargada de crianças. Alguns Estados Membros observaram nas suas respostas ao questionário que a advocacia e a consciencialização crescendo com base na Carta Africana dos Direitos da Criança e a Convenção sobre os Direitos da Criança estão sendo generalizadas nas escolas.

34. A Comissão da UA concluiu a exposição fazendo uma avaliação geral sobre como África se encontrou seis anos após a adopção da Declaração e do Plano de Acção África Digna para as Crianças. Foi reconhecido que alguma realização foi registada na área da legislação, adopção de esquemas e programas inovadores e contribuições das organizações da sociedade civil para a promoção do bem-estar e dos direitos da criança. A Comissão da UA também observou que desafios significativos permaneciam pendentes, nomeadamente a

pobreza, conflito, questões transfronteiriças e falta de recursos. A UA propôs o rumo a seguir em termos de reconhecimento dos direitos das crianças a participar, necessidade de decisões bem fundamentadas, fortalecimento de parcerias e redes e mobilização de recursos.

35. A exposição foi seguida de debate durante o qual as seguintes observações e recomendações foram feitas, nomeadamente:

- i) Os participantes saudaram os esforços da União Africana na condução da avaliação. Os delegados observaram que embora o relatório retrata a realidade da África, havia a necessidade de colocar mais ênfase em histórias de sucesso não só atribuindo-lhes o seu devido direito, mas também para que outros Estados Membros possam aprender mais dos exemplos de sucesso de outros países em África. Os participantes também levantaram uma preocupação acerca da necessidade de análises comparativas dos resultados das respostas ao questionário. Foi também registado que havia a necessidade do relatório ser mais analítico.
- ii) A questão dos sistemas de protecção social foi levantada pelos participantes. Foi reconhecido que essa questão é vital, mas que o relatório não abordava a questão suficientemente. Preocupações semelhantes foram levantadas relativamente à questão da participação das crianças e da juventude.
- iii) Sobre a violência, a discussão centrou-se em medidas para resolver e prevenir a violência contra as crianças, bem como a reabilitação de vítimas de violência e a protecção de crianças testemunhas. A necessidade de resolver a questão da violência contra a rapariga e as práticas tradicionais nocivas, foi sublinhada no relatório. Os participantes recomendaram que a questão seja objecto de mais atenção no relatório.
- iv) Foi ainda registado que muitos países não estavam a alcançar as metas estabelecidas devido a limitações em termos de recursos financeiros e humanos e, por isso, a reunião apelou para que fossem envidados esforços para assegurar que fosse dada uma atenção especial às crianças nesses países tenham uma atenção, nomeadamente assegurando que ministérios e instituições responsáveis pelos assuntos da criança nesses países sejam alocados os recursos e a atenção necessários.
- v) O relatório seria finalizado com a introdução das contribuições do Fórum, após o que seria impresso e distribuído.

(a) Debate Temático 1: Melhorar as Oportunidades de Vida

Presidência: Dr^a. Abiola Tilley Gyado, Representante da International Plan, presidiu a sessão

Apresentadora: Sr^a LALLA TOURE, Conselheira Regional Sénior, Saúde Materno Infantil. UNICEF

Oradores:

- Dr. Moussa Sissoko, Membro do Comité Africano de Peritos para os Direitos da Criança
- Sr. Nathan Tilahun, Representante das Crianças
- Sr^a Stell Ayo Odongo, Coordenadora Nacional da Rede Ugandesa das ONGs sobre os Direitos da Criança

36. Dr^a Abiola disse que a sessão de trabalho sobre os temas "Aumentar as Oportunidades de sobrevivência e desenvolvimento" constituía a base para "Uma África Digna das Crianças". Esta sessão analisa o direito fundamental da criança que é o direito à sobrevivência e ao seu desenvolvimento. Os fracos indicadores no domínio da saúde e no desenvolvimento da pequena infância colocam a criança africana numa situação de extrema vulnerabilidade em relação às outras regiões do Mundo. Ela realçou a ligação inexplicável entre a saúde materna e a sobrevivência da criança, assim como o impacto e a dupla função da pobreza e do VIH e SIDA. Finalmente, apresentou os diferentes intervenientes a este Painel, bem como o conteúdo do tema em debate.

37. Na sua exposição relativa aos progressos realizados, os desafios a serem ultrapassados e as acções propostas, a Apresentadora fez referência a um dos direitos fundamentais do homem, que é de viver com boa saúde. O direito à vida da criança é uma questão primordial e para se desfrutar de outros direitos seria necessário, em primeiro lugar, sobreviver. No que diz respeito aos progressos ressaltou, entre outros, o importante compromisso dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros, conforme consta da Decisão de Sirte de 2005, bem como a adopção de um Quadro conjunto OMS-UNICEF para a sobrevivência da criança, pelos Ministros da Saúde na 56^a Sessão da Conferência Regional da OMS realizada em Maputo em 2006, e referiu-se igualmente à redução da taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos, graças à adopção de programas acelerados para a sobrevivência da criança em certos países, e o sistema de segurança social para os grupos vulneráveis em alguns países.

38. Apesar dos progressos, os desafios continuam por vencer, o continente africano ainda está longe de alcançar os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD) no domínio da saúde, o número de mortes das crianças devido à mortalidade neo-natal, a Malária, a pneumonia, a diarreia, o sarampo, o VIH e SIDA é ainda significativo, as intervenções para combater as principais

doenças não são efectuadas em larga escala, devido à insuficiência dos recursos financeiros e humanos para a sobrevivência da criança, a necessidade em água potável, as condições de higiene. Para apoiar estes pontos, a oradora forneceu as cifras relativas à sobrevivência da criança, nomeadamente as taxas de mortalidade actuais, incluindo aquelas que poderão ser atingidas em 2015. Por outro lado, ela justificou estes problemas pelos obstáculos que sofrem os países, entre outros, a insuficiência de orçamentos, a insuficiência dos recursos financeiros concedidos ao sector da saúde, a fraca divulgação das políticas e as legislações, a insuficiência de coordenação e de colaboração entre os actores chave, a falta de conhecimentos, pelas crianças dos textos que protegem os seus direitos, a não tomada em conta das questões de saúde nos programas escolares. A fim de enfrentar estes problemas, propôs 11 pontos como apelo para a aceleração das acções com vista à sobrevivência da criança. Para concluir, a apresentadora afirmou que 50% dos países não responderam ao questionário para o acompanhamento do Plano de Acção tendo em conta as dificuldades de interpretação das respostas que nem sempre fazem justiça aos esforços do governo.

39. A Sr^a Touré preconizou a criação de um melhor sistema de acompanhamento e de avaliação, bem com a responsabilidade de cada um, incluindo a grande contribuição das crianças na finalização do documento de trabalho.

40. O Representante das Crianças, Nathan Tilahun fez observar que apesar dos progressos realizados houve a necessidade de melhorar certos aspectos essenciais, tais como o acesso igual a saúde e a educação, Lamentou a fraca participação dos jovens. Solicitou uma abordagem holística envolvendo o ciclo de vida no seu conjunto.

41. O Dr, Sissoko Moussa, Representante do Comité de Peritos Africanos sobre os Direitos da Criança, afirmou que se observasse a partir do relatório de avaliação que dez milhões e seiscentas mil (10.600. 000) crianças morrem em cada ano no mundo, entre os quais 4 milhões em África. Realçou que poucas acções são empreendidas em relação às mulheres e crianças, que são grupos vulneráveis. Propôs sublinhar as iniciativas e as acções a favor da mãe e da criança; a revisão de estratégia de intervenção com vista a atingir as camadas vulneráveis e desfavorecidas da população empreendendo acções em grande escala.

42. A Sr^a Stella Ayo-Odongo, representante das ONG(s), usou da palavra para solicitar que o sistema de saúde fosse revisto através da disponibilidade de medicamentos a fim de aproximar os Centros de saúde da população. Solicitou igualmente que se reflectisse sobre o mecanismo a ser criado com vista à implantação das decisões do Cairo, e que os delegados reflectissem sobre as suas prioridades e sobre o lugar que as crianças ocupam nas políticas dos Estados.

43. Os debates que se seguiram, centraram-se na erradicação da ignorância e da pobreza, falta de consideração dos factores exógenos tais como os programas de Ajustamento Estrutural, apoio das Comunidades Económicas Regionais, com vista a pressionar os Estados Membros, integração da questão sobre a sobrevivência das crianças nas estratégias para a redução da pobreza, reforço do papel dos actores que trabalham na promoção do bem-estar da criança. Outros pontos tais como a criação de um parlamento para as crianças e a sua descentralização, a definição da participação das crianças e dos jovens no processo de tomada de decisão e disponibilidade foi também enfatizada a produção de dados sobre a sobrevivência das crianças.

44. Outras questões que foram discutidas incluem o fornecimento de água potável e saneamento nas escolas, a consideração urgente da situação da rapariga, a centralização na questão da sobrevivência da rapariga, através de uma única instituição, e a criação, pela UA, de um sistema objectivo regional de dados.

45. No final das intervenções, a Sr^a Lalla Touré apelou a todos os países africanos para que mobilizassem os seus próprios recursos com vista a demonstrar os seus compromissos com esta causa e adoptar políticas e programas contendo acções objectivas e claras, a fim de guiar os parceiros de desenvolvimento em torno das suas próprias prioridades.

46. A Comissária dos Assuntos Sociais Sr^a Bience Gawanas evocou a questão da cooperação entre os países e solicitou que os Ministros da Saúde resolvessem os problemas ligados à sobrevivência das crianças. Por outro lado, realçou a necessidade da existência de um objectivo a ser atingido durante um período determinado e adopção duma política exequível.

47. Foram propostas as seguintes recomendações para uma acção acelerada relativa à sobrevivência da criança:

- i) Adoptar e financiar um Plano Estratégico Nacional para melhorar a condição da criança;
- ii) Criar um sistema eficaz de cuidados de saúde;
- iii) Tomar medidas com vista a ultrapassar os desafios e obstáculos da saúde pública;
- iv) Criar uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar;
- v) Por em funcionamento uma campanha em larga escala a favor da sobrevivência neo-natal;

- vi) Assegurar um meio ambiente são, para uma melhor higiene;
- vii) Aumentar a cobertura vacinal;
- viii) Aumentar o acesso universal a larga escala, à prevenção e do tratamento do VIH e SIDA;
- ix) Assegurar protecção social tanto para as famílias como para os órfãos e as crianças vulneráveis;
- x) Criar programas alargados com vista a proteger as mulheres grávidas e crianças contra a malária;
- xi) Colocar recursos adequados à disposição dos diferentes ministérios;
- xii) Aumento de IMCI;
- xiii) Reintrodução dos serviços escolares de saúde.

(b) Debate Temático 2: Implementar o Direito à Educação

Presidência:	Dr ^a . Grace Kalimugogo, Directora Interina do Departamento dos Assuntos da UA
Apresentador:	Dr ^a . Beatrice Njenga, Chefe da Divisão de Educação na Comissão da UA
Oradores:	- Sr ^a Marie Chantal Koffi, Membro do Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-estar da Criança - Mestre Beshoy Adel do Egipto

48. Ao apresentar este ponto, a Dr^a Kalimugogo, destacou a importância da educação holística e disse que a educação visa preparar os jovens para a vida e não deve ser reduzida a questão da simples aprovação em exames. Procedeu depois à introdução dos principais apresentadores da Comissão da União Africana, a Dr^a Beatrice Njenga, Directora Interina, Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia, a Sr^a Chantal Koffi, do ACERWC, e a Representante dos Jovens Senhora Beshoy Abdel, do Egipto.

49. Na sua apresentação, a Dr^a Njenga disse que a educação está no centro das iniciativas para assegurar que as crianças desfrutem de todos os seus direitos. Mencionou a Primeira Década da Educação para a África (1997-2006), explicou os desafios que motivaram a necessidade da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UA em declarar uma Segunda Década da Educação para a África 2006-2015. Afirmou que o Plano de Acção para a Segunda Década

foi lançado pela Conferência dos Ministros da Educação da UA, em Setembro de 2006.

50. Ela destacou que todos os níveis de educação devem ser analisados, com vista a satisfazer as necessidades de todas as crianças africanas; gerando assim uma África Digna para as Crianças. Os currícula escolares devem ser revistos visando garantir a adaptação da visão de África para as suas crianças. A criação de soluções tangíveis direccionadas para a sobrevivência e o desenvolvimento das crianças, retenção e desempenho nas escolas deve ser incluída nos Critérios de Qualidade para a classificação das instituições africanas de ensino superior e de reconhecimento académico e financiamento para a investigação dirigida. Deve-se disponibilizar às crianças uma educação que lhes prepare adequadamente para uma vida com qualidade e abra oportunidades e escolhas de vida, carreira e educação superior.

51. Afirmou que para o seguimento e controlo eficiente dos sistemas educacionais, havia necessidade urgente de Sistemas de Informação da Gestão Educativa, incluindo indicadores que claramente demonstram o impacto sobre os direitos da criança em todas as condições, nomeadamente crianças com necessidades especiais de aprendizagem. Seria portanto necessário explorar diferentes formas de disponibilidade e oferta educativa, incluindo a aprendizagem aberta e a distância, de instalação em internatos e de uso das TIC moderna, facilitando o acesso às crianças em cada local e situação em toda a África.

52. Ela explicou que a educação básica deve ser redefinida para contemplar o ensino primário e secundário, como forma de abrir oportunidades para uma vida e carreiras significativas que permita as crianças o acesso à Formação Técnica e Profissional ou mesmo a educação e formação terciária. O desenvolvimento dos professores deve ser considerado uma prioridade, através da formação apropriada bem como de condições de trabalho melhoradas. A colaboração intersectorial deve também ser fortalecida de modo a evitar a fragmentação e dissipação de energias e recursos educativos, parceiros, incluindo o apoio da sociedade civil ao Plano de Acção do Segundo Decénio da Educação em África como expressão legítima da visão e das prioridades do continente na educação. A Sede da UNESCO, a Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA) e UNICEF devem ser enaltecidos pelos progressos que fizeram nessa direcção.

53. Nas suas observações, a Sr^a Koffi reiterou o direito fundamental das crianças à educação, dizendo que a educação, por sua vez, oferece as crianças a oportunidade de desenvolver as suas perspectivas de vida e aprender a respeitar os direitos humanos. Apelou para uma educação que permitiria às crianças imbuir-se de valores positivos, particularmente a protecção do ambiente. A Sr^a Koffi disse que os Estados devem garantir às crianças ensino

gratuito e que concluam a escola, criando ambientes de aprendizagem saudáveis. Deplorou o uso de castigos corporais pelos professores.

54. O Mestre Abdel disse que a educação como um direito humano tem que ser gratuita e acessíveis as crianças. Apelou para que haja ambientes favoráveis que sejam seguros e sem violência. Reiterando o facto de a juventude possuir direitos bem como responsabilidades, afirmou que é preciso que se lhe abra todas as oportunidades de realizar os seus objectivos na vida.

55. No debate que se seguiu, os participantes apreciaram a importância da educação para o desenvolvimento das crianças, bem como a sua protecção. Houve propostas no sentido de assegurar a educação de qualidade que satisfaça as necessidades da criança. Apoiando a necessidade de dados qualitativos, foi lançado um apelo visando a elaboração do perfil das crianças que frequentam escolas, para que sejam desenvolvidos mecanismos apropriados para as manter na escola ou lhes seja disponibilizada educação e formação alternativa fora do sistema escolar.

56. As disparidades entre as regiões rurais e urbanas foram deploradas como sendo desfavoráveis as crianças. Além disso, as crianças deficientes e com necessidades especiais não foram contempladas nos sistemas educativos actuais. Aparentemente, só 10% das crianças deficientes tem acesso aos serviços educacionais e 4 milhões de crianças deficientes visuais em África, estão fora da escola.

57. Foi registada a necessidade de garantir que a educação esteja ligada às necessidades da sociedade bem como ao mundo do trabalho. É necessário formar para o emprego e também fornecer aos estudantes capacidade empresarial. Há necessidade de incluir a pequena infância na educação básica e incluir lazer e recreação nos curricula educativos. As escolas devem igualmente fornecer serviços sociais, incluindo orientações, aconselhamento e alimentação às crianças.

58. Apelou-se para a revisão dos sistemas de exame, porque os sistemas de avaliação do aproveitamento escolar estão culturalmente parciais e apelou para que estes fossem revistos. Existe também a necessidade de rever os métodos do ensino e assegurar que a educação superior e a investigação sejam orientadas para a solução dos desafios de África, especialmente os que violam os direitos das crianças africanas.

(c) Debate Temático 3: Combate ao VIH/SIDA

Presidência: Sr, Nikandela Adem, Nelson Mandela Children's Fund

Apresentador: Sr. Michel Sidibe, Director Executivo Adjunto da ONUSIDA

Oradora: - Sr^a Oda Mahajery, Representante da Juventude do Madagáscar

- Dr^a. Grace Kalimugogo, Directora em Exercício do Departamento de Assuntos Sociais da UA

59. Ao apresentar o tema, o Sr. Nikandela mostrou-se preocupado porque o desafio imposto pelo VIH e SIDA não teve como resposta uma acção adequada. Alertou para a necessidade de se dar importância a elementos chave do Plano de Acção de 2001 África Digna para as Crianças, incluindo programas de prevenção e tratamento para crianças, dentro de sistemas de gestão de VIH e SIDA bem estruturados e coordenados. Isto significa ter em conta o legado dos governos Africanos que é o de colocar o VIH e SIDA, como prioridade. Tal também inclui a operacionalização da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança, bem como políticas nacionais que poderiam incluir: estratégias, programas de defesa do VIH que melhorem os serviços de maternidade. Para o desenvolvimento das crianças, os esforços deveriam direccionar-se à luta contra o VIH e SIDA durante as próximas décadas.

60. O Sr. Michel Sidibe, Director Executivo da ONUSIDA, depois de agradecer o Egipto por acolher o 1º e 2º Fóruns Pan-africanos sobre a Criança, teceu elogios à UA por manter o VIH e SIDA no topo da Agenda de Desenvolvimento de África. Lembrou ainda estratégias continentais comuns relacionadas, tais como a Declaração de Abuja e o Compromisso de Brazzaville de Elevação do Acesso Universal dos Serviços do VIH e SIDA até 2010. Sublinhou que as crianças que se tornam órfãs ou vulneráveis pelo VIH e SIDA necessitam de medidas imediatas de protecção social, para que o respeito pelos seus direitos seja garantido e para que tenham acesso universal aos serviços sociais básicos como uma prioridade. Lembrou os participantes que o Botswana demonstrou que é possível prevenir a Transmissão de Mãe para a Criança (TMC), maximizar o fornecimento de anti-retrovirais (ARV) para mulheres e crianças. Portanto, para alcançar o compromisso de Brazzaville, há necessidade "de mudar o método de trabalho" e rever o custo das intervenções por forma alcançar maior eficiência. O Sr. Sidibe recomendou que o Plano de Acção de África Digna para as Crianças deverá ter como maior objectivo a prevenção da TMC e garantir acesso universal aos serviços por parte de crianças órfãs ou tornadas vulneráveis pelo VIH e SIDA. Realçou ainda que o VIH e SIDA é um

assunto a ser definido para o desenvolvimento do continente e um desafio da liderança.

61. A Sr^a Ida Mahajery, interveio em nome dos jovens. Ela lembrou à audiência que a resposta ao VIH e SIDA não deve ser apenas sobre mudança de comportamento e mensagens para a juventude. Ao invés disso, as mudanças devem incidir sobre o contexto e as circunstâncias que definem o ambiente sócio-cultural na qual os jovens são obrigados a viver. Concluiu reiterando que não é suficiente concentrar-se apenas na abstinência e nos preservativos, mas numa visão holística.

62. Na sua contribuição, a Representante da Comissão da UA, Dr^a Grace Kalimugogo lembrou que em 2001, os Chefes de Estado e de Governo declararam o VIH e SIDA como uma emergência e uma ameaça à segurança. Embora muito tenha sido feito desde então, está muito longe do suficiente se comparado com a magnitude do problema. Apesar da disponibilidade de recursos, disse que apenas uma pequena percentagem chega às pessoas necessitadas. Além disso, depois de 25 anos da epidemia, afigura-se vital assegurar que não haja complacência já que isso acarretaria maiores consequências. Neste sentido, os países onde a prevalência se mantém baixa não devem relaxar. Acrescentou que devido à sua particular vulnerabilidade ao VIH e SIDA, as crianças necessitam de atenção especial, especialmente no que concerne a acessos aos serviços, incluindo formulações pediátricas de ARVs. A necessidade de apoio aos idosos e cuidado institucional às crianças órfãs e debilitadas pelo VIH e SIDA, devia também ser considerada. Ela igualmente convidou os participantes a analisar a estreita ligação entre VIH e SIDA e malária, tuberculose e ou saúde reprodutiva.

63. Durante a discussão que se seguiu, os delegados reiteraram a necessidade de promover esforços com vista ao acesso universal aos serviços, incluindo ARVs, prevenção da TMC, fortalecimento dos sistemas de saúde, cuidados domésticos, recolha de dados e controlo e avaliação. A política devia ser corroborada pela prática enquanto os aspectos legais tais como a transmissão deliberada do VIH deviam ser abordados. O ambiente em que os jovens vivem deve ser melhorado com os fundos disponíveis, uma vez que as condições sócio-económicas influenciam a vulnerabilidade. Isto é importante para a redução da incidência, havendo muito mais novas infecções em comparação com a quantidade de pessoas com acesso aos ARVs.

64. Os delegados igualmente deploraram o uso de termos que aumentam a estigmatização, tais como órfãos de SIDA. Relativamente ao custo do tratamento, foi observado que apesar de os preços terem baixado, são ainda muito elevados para muitos africanos. Sendo a maior parte dos programas sobre VIH e SIDA conduzida pelos doadores, solicitou aos países que se esforcem na mobilização de recursos locais, bem como na disponibilização de serviços gratuitos aos infectados e afectados pelo VIH e SIDA. Além disso, deve-se

solicitar ao Fundo Global que simplifique os seus processos administrativos. Isso manteria os pais vivos e reduziria o desafio de OVC, crianças-chefes de família e cuidados a pessoas idosas. Mais adiante, deve-se apelar ao Fundo Global para simplificar os seus processos administrativos. A necessidade de fornecer informação e serviços aos portadores de deficiência foi destacada, registando-se que formam uma grande percentagem da sociedade e são mais vulneráveis. O papel desempenhado pelas Organizações da Sociedade Civil foi também sublinhado assim como foi o das parteiras tradicionais. No tocante a recursos humanos para a prestação da saúde, foi salientado que os Estados Membros necessitam de implementar programas eficazes para resolver os desafios nesse domínio.

65. Estimulando o debate, a Presidente aconselhou a Reunião a adoptar um cenário de futuro e a concordar sobre o que deveria ser feito de modo deferente, para melhorar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança. Eles devem trabalhar com vista a apoiar as iniciativas comunitárias e reduzir a dependência do financiamento pelos doadores bem como prover ARVs gratuitamente. África deve também centrar-se na prevenção e priorização do VIH e SIDA, através de uma política multisectorial que fortaleça o ensino no domínio da informação e comunicação, bem como as necessidades de OVCs e que envolva todos os parceiros.

(d) Debate Temático 4: Implementação do Direito à Protecção

Presidência: Dr^a Agnes Akosua Aidoo, Vice-presidente do Comité das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança

Apresentador: Dr. Assefa Bequele, Director Executivo do Fórum de Políticas da Criança Africana (ACPF)

Oradores:

- Sr^a Wambui Njuguna, Directora de Programas da Rede Africana de Prevenção e Protecção contra o Abuso e Negligência das Crianças (ANPPCAN).
- Embaixador a Mouchira Khattab, Secretária-geral do NCCM

66. Para começar, a Dr^a Agnes Akosua Aidoo transmitiu os cumprimentos das NU e agradeceu à Comissão da UA pelo convite formulado ao Comité das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

67. Em jeito de introdução, ele sublinhou que o povo africano é conhecido como valorizador das crianças e da família; e, segundo, que as famílias africanas estão-se separando e dividindo, devido à falta de protecção de todos os tipos de violência, incluindo conflitos armados, calamidades naturais, vida de rua, exploração no trabalho, abuso tanto formal como informal, casamentos prematuros e forçados e actos como a mutilação genital feminina (FGM).

Registou que as crianças estão a perder a sua infância, o seu potencial e as oportunidades, entre outras coisas. Assim, solicitou uma acção urgente para combater esta situação, registando que a maioria da população africana (65 a 76%) é constituída por crianças. Realçou que é obrigação moral/legal de toda a gente proteger as crianças, especialmente agora que a maioria dos países assinou/ratificou os instrumentos legais que os vinculam à protecção da criança.

68. Manifestou optimismo pelo facto de esta reunião poder trazer contribuições claras que ajudarão a avançar na questão da realização do direito das crianças à protecção.

69. O Dr. Assefa Bequele informou à Conferência que a maioria das suas deliberações está ainda contida nos relatórios disponíveis. Afirmou que o ACPF realizou uma revisão sobre a protecção jurídica e achou-a uma tarefa complicada. Agradeceu à Comissão da CUA por este relatório muito sincero, mas também substancial e preocupante.

70. No seu esforço por ilustrar os desafios a enfrentar na realização do direito à protecção da criança em África, informou que as possibilidades de vida das crianças de África eram as piores do mundo, a África Sub-sahariana tendo 40% de todas as mortes infantis mundiais, 8 milhões de crianças morrendo cada ano de doenças evitáveis e desnutrição. Outras causas relativas à saúde reprodutiva, práticas tradicionais nocivas e doenças curáveis. Informou da vida curta que se torna cada vez mais curta, mas difícil com menos esperança e menos possibilidade de realização. Como uma via a seguir, sugeriu o estabelecimento de objectivos e declarações restritas, e argumentou a favor de compromissos básicos e realistas. Propôs que a África considere a possibilidade de persistir nos compromissos actualmente existentes, i.e. o Comité sobre os Direitos da Criança e o Comité Africano sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança.

71. Propôs ainda que os países sejam encorajados a ratificar a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, controlar o cumprimento das obrigações estabelecidas na Carta, harmonizar e introduzir as Cartas e outros instrumentos jurídicos internacionais e sua implementação nas políticas nacionais. Solicitou o estabelecimento de um mecanismo de controlo e facilitação com poder político suficiente e capacidade financeira adequada, bem como a priorização de actos contra a violência. Ele instou para a tolerância contra a violência e a proibição do castigo corporal. Como condição básica, apelou à UA no sentido de colocar a questão da realização do direito à protecção na agenda da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Africana e recomendou a designação de um enviado especial das Nações Unidas para a violência contra as crianças. Finalmente, pediu maior pressão sobre os governos para que tomem medidas relativas à implementação do direito da criança à protecção e o estabelecimento de um movimento amplo de

África de organizações sobre os direitos da criança, que possam ajudar na responsabilização dos governos.

72. O orador deste tema foi a Sr^a Wambui Njuguna, Directora de Programas na Rede Africana para a Prevenção e Protecção da Criança contra o Abuso e a Negligência (ANPPCAN).

73. Ela sublinhou a necessidade da harmonização de leis/legislação que incorporem as leis internacionais relacionadas com a protecção da criança, tal como formuladas nos instrumentos jurídicos internacionais. Registou que há necessidade de examinar e analisar ainda mais esta questão para além da situação pré-estabelecida. Salientou que a experiência tem provado que mesmo quando as leis nacionais contra a violência de crianças existem, outros aspectos culturais nocivos estão ainda sendo praticados e nos países onde a mutilação genital feminina ainda existe. Ela observou que, por vezes, mesmo onde existem leis contrárias à violência contra a criança; pessoas/instituições que têm a responsabilidade de reforçá-las ignoram geralmente os seus conteúdos e mesmo existência. Por isso, há uma necessidade urgente de popularizar essas leis/legislação para que as autoridades pertinentes, instituições bem como as crianças as conheçam.

74. Observou que mesmo nos casos em que a violência contra as crianças se situa nas famílias, ex: o abuso sexual pelos membros da família, a resposta é geralmente insuficiente. Solicitou uma série de medidas nesse sentido e pediu o estabelecimento de programas nacionais em resposta ao abuso contra a criança. Ela registou que o envolvimento de crianças em todo esse processo não pode ser sobrevalorizado, citando como exemplo a Etiópia onde se registam 700 casos de abuso de crianças. Disposições para a protecção e evitar que as crianças saiam para as ruas, devem ser integradas nos planos de acção. Em conclusão, solicitou a focalização em sistemas de protecção coordenada nos países, regiões, comunidades e ao nível individual.

75. A Embaixadora Mouchira Khattab também interveniente, observou que no domínio da protecção especial, a África não progrediu muito, devido à existência da violência do conflito armado e outras formas de violência contra as crianças. Sobre a questão do conflito armado, exortou no sentido do envolvimento do Comité Africano de Peritos sobre os Direitos da Criança na implementação da Resolução da ONU 1612. Também instou a todos os países africanos a ratificarem o Protocolo relativo à Convenção sobre os Direitos da Criança concernente ao envolvimento da criança em conflitos armados.

76. Chamou a atenção dos delegados para a necessidade de considerarem questões relativas à protecção legal da criança não só fora do conflito armado, mas em países sob ocupação. Registou que existem lacunas mesmo na definição de uma "criança", em alguns países; tal definição depende da cultura/costumes, mesmo onde existem leis escritas. Isto também implica

estabelecer uma idade mínima se a protecção tenha que ser legalizada. Outros domínios que carecem de consideração para observação da protecção incluem: o registo de nascimento, sistemas de justiça juvenil em África onde, por vezes, as crianças são tratadas como ofensoras e a protecção de crianças que testemunham crimes. Finalmente, solicitou a todos os países africanos a lerem os estudos das Nações Unidas sobre a violência contra crianças, porque os resultados daí provenientes ajudam muito. Além disso, os países africanos ainda necessitam apresentar todos os relatórios relevantes requeridos pelas organizações internacionais relativas à criança.

77. Na sua apresentação, o Sr. Nathan Tilahun, Representante da Juventude, realçou a importância da protecção para os adolescentes, especialmente raparigas e a necessidade de assegurar a protecção de crianças nas escolas. Ele instou os governos a cumprirem as suas obrigações em todas as áreas de protecção a criança.

78. Durante o debate que se seguiu, foi acordado que embora algumas crianças se possam proteger, necessitam do apoio de adultos. Todos os países africanos foram estimulados a rever aos questionários que lhes foram enviados pela Comissão da UA. Isto inclui, entre outros, crianças em conflitos armados, bem como aquelas sem conflitos, porque pode haver crianças refugiadas que fugiram de conflitos armados. Foi também acordado que se deveria dar uma maior atenção a medidas de prevenção, que incluem:

- Envolvimento das organizações dos média e TIC na prevenção da violência, abuso e exploração sexual de crianças;
- Maior divulgação da Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança e de outros instrumentos legais que protegem as crianças;
- Educação para a paz nas escolas e comunidades;
- Educação que inclua os direitos humanos para toda a sociedade, particularmente a polícia, os militares, juizes, professores, trabalhadores da área social e outros profissionais que lidam com crianças, bem como os líderes comunitários;
- Maior esforço para remover factores básicos, como a pobreza, que faz com que as crianças se tornem vulneráveis ao abuso, à violência e à exploração.

(e) Debate Temático 5: Participação da Criança

Presidência: Sr. Bjorn Ljungqvist, Representante da UNICEF junto da UA e CEA

Apresentador: Sr^a Edwina Orowe, Representante da Juventude

Oradores: - Prof. Peter Ebigo, Membro do Comité de Peritos sobre os Direitos e Bem-estar da Criança
- Sr. Fostina Gongba, Vice-presidente do Parlamento Juvenil da Libéria

79. Na sua alocução de abertura, o Presidente do Painel, Sr. Bjorn Ljungqvist – Representante da UNICEF junto da UA e da UNECA, indicou que havia ainda falta de consenso em relação ao princípio da Participação da Criança. Tendo invocado que os participantes à reunião de peritos tinham sublinhado a necessidade da participação da criança em programas a vários níveis, incluindo os níveis nacional e continental de modo a permitir que possa dar o seu contributo em tais programas e enfatizou, por conseguinte, a necessidade de um processo sistemático de facilitação de tal participação.

80. O Sr. Bjorn Ljungqvist lembrou ainda que na primeira Cimeira da Criança, realizada em 1990, os adultos assumiram o compromisso de assistir a criança. Notou, no entanto, que volvidos dez anos, em 2000/2001, havia apelos para a mudança de atitude que requeria reflexão e diálogo com a criança para que, inter-alia, as suas preocupações possam ser levadas em conta. Ele concluiu lembrando que no Fórum de Desenvolvimento Africano, que teve lugar em Adis Abeba, em 2006, o Primeiro-ministro Meles Zenawi da Etiópia sublinhou a necessidade de um maior espaço para a criança.

81. Na sua apresentação, a Sr^a Edwina Orowe, a oradora, agradeceu o convite formulado aos jovens para participarem na Reunião de Peritos. Ela enumerou alguns dos benefícios-chave da participação dos jovens, que incluem a promoção do auto-desenvolvimento, da aprendizagem, desenvolvimento de habilidades da vida e auto-protecção. Todavia, ela alertou que a protecção excessiva poderia fazer com que os adolescentes se sentissem não capazes, dependentes e não preparados para fazer face aos novos desafios.

82. A Sr^a Orowe sublinhou que os Jovens podem dar uma contribuição valiosa a sociedade, incluindo ajudando nas actividades domésticas, na vida económica das famílias, cuidando dos velhos, na criação e entretenimento das crianças e cuidando da sua saúde e ambiente. Citou a activa participação da Juventude em alguns países, relativamente à protecção ambiental como um exemplo. Ela fez depois algumas recomendações sobre como garantir a participação da juventude, que inclui assegurar que os jovens tenham

conhecimento, para permitir-lhes tomar decisões críticas e informadas; preparação da juventude para uma participação efectiva. Mas lamentou que os jovens são geralmente informados muito tarde; capacitação (autoridade) através do apoio organizacional e de recursos para que a juventude possa fazer uma escolha informada; e o reconhecimento dos esforços da juventude. A Sr^a Orowe concluiu chamando a atenção dos participantes para as recomendações do Quinto Fórum de Desenvolvimento Africano (FAD) V.

83. Por sua vez, o Vice-presidente do Parlamento Juvenil da Libéria (Niniba County), Sr. Fostina Gongbar, agradeceu a oportunidade que lhe foi dada para participar na reunião. Referiu-se sobre alguns desenvolvimentos na Libéria, incluindo a melhoria dos serviços básicos tais como a água e cuidados de saúde, o sistema de justiça de menores está sendo alvo de muita atenção, esta em curso o estabelecimento de uma Assembleia das Crianças com uma base ampla, programas de sensibilização sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança. Notou que, paralelamente a esses desenvolvimentos, existe uma alta taxa de desemprego e a necessidade de uma maior atenção a ser dada aos soldados menores. Concluiu dizendo que a Libéria está a recuperar da guerra e necessita do apoio de todos, especialmente nas áreas relacionadas com o bem-estar das crianças.

84. No seu discurso, a Sr^a Sophie Mosko notou a apresentadora tinha assinalado porquê é que importante envolver as crianças e sublinhou que a participação das crianças significa PARTILHA DE PODER. Lembrou que o relatório de avaliação da implementação do Plano de Acção de África Digna para as Crianças estipula que "a participação das crianças no mundo dos adultos é extremamente rara". Acrescentou que o relatório também referia que, frequentemente, a participação da criança não era compreendida.

85. Sublinhou que alguns padrões mínimos que deviam ser tidos em conta sobre assuntos relacionados com a participação das criança, que inclui uma visão ética que envolve compromisso com a transparência, honestidade, responsabilização, consentimento das crianças; um quadro seguro no qual a protecção dos direitos das crianças seja salvaguardada; uma abordagem não discriminatória: todas as crianças – independentemente do seu sexo, capacidade, língua, etnia, classe, etc. – tenham oportunidades iguais de ser envolvidas; um tratamento positivo as crianças, que lhes permita contribuir com o melhor do seu saber, por exemplo, através do acesso a boa informação e o uso de instalações, procedimentos e apoios e acompanhamento. Ela também realçou a necessidade de protecção e manutenção da confidencialidade nos casos que envolvam crianças afectadas pelo VIH e SIDA.

86. Ela desafiou os participantes a questionarem sobre as seguintes questões: existência de uma política pela qual cada escola tenha ou um clube de direitos da criança, ou um conselho ou parlamento estudantil; orientações sobre a participação das escolas na formulação das decisões; participação de crianças

na elaboração de documentos sobre a estratégia da redução da pobreza; se os parlamentos infantis têm sessões regulares com o parlamento de adultos; se os ministérios responsáveis pelas crianças têm sistemas de consulta regular com crianças e jovens a funcionar; se jornais, TV e rádio têm programas especiais dedicados a questões viradas para as crianças e correspondentes jovens para a recolha de informação; envolvimento de crianças na elaboração de políticas e relatórios sobre crianças.

87. O Prof. Peter Ebigbo do Comité de Peritos sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança afirmou que o Comité recebeu o seu mandato da Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança e disse que há direitos e deveres na Carta. Assinalou que o tema para o Dia da Criança Africana em 2008 é: "Que as Crianças sejam Vistas e Ouvidas". Sublinhou a necessidade da participação da criança e exortou ao estabelecimento de Estruturas para tratar com as questões da Criança; criação de Parlamentos Infantis que devem ser estabelecidos nas circunscrições de clubes escolares, trabalhos juvenis, crianças urbano-rurais, etc.

88. No debate que se seguiu às exposições, os participantes sublinharam o seguinte:

- i) Ao nível nacional, havia vários programas, incluindo grupos de estudantes, associações e parlamentos juvenis, programas infantis de rádio e televisão;
- ii) Foi salientado que crianças foram envolvidas em programas de advocacia do registo de nascimento e outras questões pertinentes, iniciativas de paz, etc.;
- iii) Recomendou-se que as crianças sejam atribuídas mais espaço para tratar de problemas nacionais; façam parte do Comité de Peritos sobre os Direitos da Criança; promoção dos valores tradicionais africanos relevantes para o desenvolvimento criança; e que os parlamentos tenham uma participação alargada.

VII. Ponto 5 da Agenda: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE CONSULTAS COM AS CRIANÇAS

89. A Sessão foi presidida pelo Sr. Fabrice Ndayishimiye, um Jovem do Burundi. Destacou que o Relatório das Consultas com as Crianças era um documento de trabalho da reunião e encontrava-se nas pastas dos delegados.

90. Na apresentação do relatório acima referenciado, o Presidente de CONAF, o Dr. Moussa Sissoko, referiu que o mesmo articulava-se em torno de quatro pontos importantes:

- i) A motivação estratégica de consultas;
- ii) O carácter participativo e interactivo;
- iii) A interpretação por parte das próprias crianças sobre a Posição Comum Africana;
- iv) As recomendações das crianças aos governos, aos adultos, à União Africana e à comunidade internacional e ao sector privado.

91. Esta apresentação suscitou debates, principalmente depois das intervenções do Sr. Fabrice Ndayishimiye, um Jovem jornalista do Burundi e da Sra Coumba Betty Niang, uma jovem parlamentar do Senegal. Uma das importantes recomendações apresentadas pelas crianças foi a necessidade de se criar um Observatório Nacional dos Direitos da Criança em cada país e honrar os compromissos assumidos pelos Estados.

92. Seguidamente, foi realçado de uma forma particular o direito de participação das crianças e o melhoramento da comunicação entre crianças e adultos.

VIII. Ponto 6 da Agenda: SESSÃO INTERACTIVA COM O COMITÉ AFRICANO DOS PERITOS SOBRE OS DIREITOS E O BEM-ESTAR DA CRIANÇA

Presidente: Adv. B. Gawanas, Comissária para os Assuntos Sociais

Apresentador: Jean Baptiste Zoungwana, Presidente do Comité

93. Na sua exposição, o Presidente do Comité, primeiramente fez um resumo histórico da elaboração da Carta africana dos direitos e do bem-estar da criança, que foi adoptada no seguimento da sub-representação dos estados Africanos aquando da elaboração da Convenção das Nações Unidas sobre as crianças, a não inclusão das especificidades africanas e a vontade de reforçar a protecção dos direitos das crianças africanas. Ele precisou que essa Carta, adoptada pela Vigésima-sexta Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Adis Abeba em Julho de 1990, entrou em vigor a 29 de Novembro de 1999 e foi ratificada por 41 países africanos. Prosseguiu salientando os diversos direitos constantes da Carta visando assegurar uma melhor protecção da criança africana e cobre toda a gama de direitos, nomeadamente os direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais, bem como os direitos e deveres e responsabilidades da criança.

94. A Segunda Parte da exposição incidiu sobre o Comité Africano de Peritos relativo aos Direitos e o Bem-estar da criança (ACERWC), criado pelo Artigo 32 da Carta. Este Comité é composto de onze membros eleitos pela Conferência de

Chefes de Estado e de Governo, por um mandato de 5 anos não renováveis e tem como função:

- Promover e proteger os direitos consagrados pela Carta e velar pelo seu respeito;
- Interpretar as disposições da Carta;
- Cumprir todas as tarefas que lhe podem ser confiadas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- Examinar os relatórios dos Estados-partes;
- Receber as comunicações;
- Realizar os inquéritos ou intervenções;
- Divulgar a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança.

95. O interveniente apresentou igualmente os documentos de trabalho elaborados pelo Comité e sublinhou as dificuldades encontradas, nomeadamente a insuficiência de meios, a lentidão na ratificação da Carta, a fraca colaboração dos governos e a não clarificação do quadro institucional do Comité. Para concluir, o Sr. Zougrana Jean Baptiste apresentou as perspectivas do Comité que são, entre outras, a sensibilização para a ratificação da Carta, a inscrição da questão das crianças na agenda da próxima Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo e análise dos relatórios apresentados pelos Estados.

96. Em seguida, a palavra foi concedida à Sr^a Agnes Akossua Aidoo, Vice-presidente do Comité das Nações Unidas para as Crianças que, em primeiro lugar, apresentou a sua instituição antes de afirmar que o Comité das Nações Unidas persegue os mesmos objectivos que o Comité Africano para as Crianças, são os mesmos princípios, razão pela qual este Comité procura trabalhar com o de África. Apresentou algumas actividades levadas a cabo pelo Comité, tais como os estudos, os seminários ou a mobilização de recursos.

97. Neste ponto, a Adv. B. Gawanas deu a palavra à assistência e as intervenções recolhidas, entre outras, giraram à volta das questões seguintes:

- A necessidade de harmonização dos relatórios dos Estados-parte para os dois Comités, isto é, o Comité das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e o Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança;

- O apoio dos Estados-partes ao Comité para lhes permitir realizar a sua tarefa;
- Os mecanismos a serem criados para a apresentação dos relatórios;
- As dificuldades encontradas pelos Estados na elaboração dos relatórios;
- Ratificação da Carta pelos Estados que ainda não fizeram.

98. Após estas intervenções, a Vice-presidente do Comité das Nações Unidas para as Crianças, interveio para propor a criação de um grupo de trabalho conjunto entre os dois Comités com o objectivo de reflectir sobre a colaboração entre as duas instituições, visando examinar a possibilidade de estabelecer linhas orientadoras para a apresentação do relatório único e, igualmente a possibilidade de realizar acções comuns.

99. Os membros do Comité intervieram, um por um, para informar os participantes que reflectirão sobre a maneira de reduzir o défice na comunicação levantado pelos mesmos. Apelaram aos Estados Membros que ainda não o fizeram para que ratifiquem a Carta e aos que já o fizeram a implementá-la e as ONGs convidaram a apresentar os seus relatórios complementares.

100. Antes de encerrar a sessão, a Adv. B. Gawanas convidou os Estados Membros a prestarem a sua assistência ao Comité para que este possa cumprir a sua missão com sucesso.

IX. Ponto 7 da Agenda: ANÁLISE DO PROJECTO DE APELO PARA UMA INTERVENÇÃO ACELERADA EM PROL DA SOBREVIVÊNCIA, DA PROTECÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO E DA PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA

101. O principal resultado proposto no Fórum Pan-africano sobre as Crianças: Avaliação Intermédia; isto é o projecto de Apelo para uma Acção Acelerada para a Sobrevivência, Protecção, Desenvolvimento e Participação da Criança (2007-2012) foi apresentado pela Adv. B. Gawanas, Comissária da União Africana para os Assuntos Sociais. Após uma introdução relativa aos antecedentes da Declaração e do Plano de Acção de 2001 e a outros instrumentos políticos continentais relevantes, o documento forneceu uma informação sobre a situação actual e os desafios relacionados com a implementação das áreas prioritárias do Plano de Acção sobre a África Digna para as Crianças de 2001. Foi sublinhado que embora muito tenha sido realizado no sentido da promoção da sobrevivência protecção, desenvolvimento e da participação da criança muito mais restava por fazer.

102. No actual Apelo para Acções Aceleradas foram feitas propostas sobre acções específicas a ser empreendidas pelos diferentes parceiros entre o presente momento e o ano de 2012. Contudo, foi assinalado que o documento teve insuficiências e, por isso, necessitava de ser melhor elaborado.

103. No decorrer do debate que se seguiu, foram partilhadas propostas construtivas sobre a estrutura e o conteúdo do documento, centralizando-se em acções específicas que podem fazer a diferença.

104. Em conclusão, foi acordado que o Gana, como Presidente em exercício da União Africana, deveria submeter o Apelo para uma Acção Acelerada como a Posição Comum Africana à Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações sobre a Criança em Dezembro de 2007.

105. As propostas foram incluídas no documento a ser apresentado na Reunião Ministerial.

X. Ponto 8 da Agenda: DIVERSOS

106. Nenhuma questão foi levantada neste ponto.

XI. Ponto 9 da Agenda: DATA E LOCAL DA PRÓXIMA REUNIÃO

107. A questão foi transferida para decisão da Reunião Ministerial.

XII. Ponto 10 da Agenda: ADOÇÃO DE:

a) Relatório da Reunião de Peritos

108. O Relator, Sr. Nundini Pertaub, das Maurícias, apresentou o Projecto de Relatório. Foi analisado ponto por ponto e adoptado, tal como emendado.

b) Projecto de Apelo para uma Acção Acelerada

109. O Projecto de Apelo para uma Acção Acelerada foi apresentado pela Adv. Bience Gawanas, Comissária da UA para os Assuntos Sociais. Foi analisado secção por secção e emendado para apresentação e consideração da reunião Ministerial.

XIII. Ponto 11 da Agenda: ENCERRAMENTO

110. O Presidente agradeceu a todos os delegados pela sua participação activa e contribuição valiosa na reunião. A reunião foi posteriormente encerrada.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO

Décima-Segunda Sessão Ordinária

27 - 29 de Janeiro de 2008

Adis Ababa, Etiópia

EX.CL/380 (XII)

ANEXO 1

RELATÓRIO DA REUNIÃO MINISTERIAL

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

**SEGUNDO FÓRUM PAN-AFRICANO
SOBRE AS CRIANÇAS:
AVALIAÇÃO A MÉDIO-PRAZO
CAIRO, EGIPTO
DE 29 DE OUTUBRO A 2 DE NOV./2007**

PANAF/FÓRUM/CHD/MIN/RPT (II)

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE MINISTROS

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE MINISTROS

I. INTRODUÇÃO

1. A reunião ministerial do Segundo Fórum Pan-africano sobre as Crianças: Avaliação a Médio-prazo, foi realizada no Centro Internacional de Conferências Madinat Nasr, em Cairo, Egipto, de 1 a 2 de Novembro de 2007. O tema da Conferência foi “A Avaliação dos Progressos e o Apelo para uma Acção Acelerada com vista a Concretização da Posição Comum Africana sobre uma África Apropriada para as Crianças”. O objectivo do Fórum foi de analisar o estado de implementação dos compromissos de 2001, identificar os desafios e obstáculos relacionados, bem como adoptar as estratégias, a fim de promover o bem-estar das crianças africanas, de maneira mais eficaz, a partir de agora até 2012.

2. Convém recordar que o 1º Fórum Pan-africano sobre o Futuro das Crianças foi realizado no Cairo, Egipto, com o patrocínio de S. E. Srª Suzanne Mubarak, Primeira Dama do Egipto. A Declaração e o Plano de Acção relativos a uma África Apropriada para as Crianças foram adoptados com vista a sua implementação a nível de países. A Declaração e o Plano de Acção também serviram de base da Posição Comum Africana para a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, em 2002, que adoptou a Declaração sobre “um Mundo Apropriado para as Crianças”.

II. PRESENCAS

3. A reunião ministerial contou com a participação de delegados dos seguintes Estados-membros da AU: Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burquina Faso, Camarões, República Centro Africana, Chade, Comores, República do Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Bissau, Guiné Conakry, Guiné Equatorial, Quênia, Lesoto, Libéria, Jamahiriya Árabe Líbia, Malawi, Mali, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Niger, Nigéria, Rwanda, Senegal, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

4. Estiveram igualmente presentes as seguintes Agências das Nações Unidas, Organizações Inter-governamentais e Organizações Não-governamentais e parceiros de cooperação bem como Órgãos da UA e países não-africanos: UNICEF, ONUSIDA, ACNUR, Fundação da Diáspora Africana, CICV, IMOCEF, OIM, Instituição para Estudos de Segurança (ISS), ANPPCAN, National Council for Child & Motherhood (NCCM), CONAFE, Nelson Mandela Childrens Fund, Lacto Misr, Egipto, ACERWC, Embaixada da China no Egipto, Fórum sobre Políticas para a Criança Africana, Plan International, Fórum sobre as Crianças de Rua (FSCE), Instituto para os Direitos Humanos e o Desenvolvimento em África, Save the Children (em representação da Aliança), Vaticano, Conferência de Haia sobre o Direito Internacional Privada, Christian Children's Fund, PAM, World Association of Girls Guides & Girls Scouts, ECPAT International, Action Professional Association for the People (Ethiopia), Programa NEPAD, União Africana para Cegos (AFUB), Comité de Ligação das Organizações Sociais de Defesa dos Direitos da Criança (CLOSE), Rede de ONGs sobre os Direitos da Criança Ugandesa; Coligação de Associação Nacionais e ONGs a favor da Criança, no Senegal.

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

5. A cerimónia de abertura foi presidida pelo Embaixador Mouchira Khattab e honrada com a presença de S.Ex. Sr^a Suzanne Mubarak, Primeira Dama do Egipto e Patrona do Fórum. A cerimónia de abertura contou com discursos das seguintes personalidades e dignatários:

(i) Discurso de Boas-vindas proferido pelo Representante do Governo Anfitrião (Egipto) Embaixador Mouchira Khattab, Secretário Geral do Conselho Nacional de Infância e da Maternidade (NCCM)

6. O Embaixador Mouchira Khattab deu as boas vindas a todos os delegados ao Egipto e ao Fórum Pan-africano. Ela evocou o Primeiro Fórum Pan-africano sobre Crianças que foi realizado no Cairo, Egipto, em Maio de 2001, com o patrocínio da Primeira Dama do Egipto. O Embaixador Khattab depois apresentou a Convidada de Honra e, outra vez, Patrona do Segundo Fórum Pan-africano sobre as Crianças, S.E. Sr^a Suzanne Mubarak. Ela realçou, entre outras coisas, as suas realizações na promoção dos direitos das crianças do Egipto, do Médio oriente e de África. Como Presidente e Fundadora do NCCM, a Sr^a Mubarak lançou igualmente uma campanha para a eliminação da Mutilação Genital Feminina (MGF).

(ii) Discurso Preliminar da S.E. Sr^a Suzanne Mubarak, Primeira Dama do Egipto

7. No seu discurso preliminar, S.E. Suzanne Mubarak, Primeira Dama do Egipto, Presidente do Comité Técnico e Consultivo, do Conselho Nacional para a Infância e a Maternidade, e Convidada de Honra, iniciou o seu discurso exprimindo as suas saudações calorosas e dando as boas-vindas aos delegados ao Egipto, o Coração de África. Seguidamente, evocou o Primeiro Fórum Pan-africano, que teve lugar no Cairo, Egipto, em Maio de 2001, cujas deliberações culminaram na adopção da Declaração e do Plano de Acção para uma “África Apropriada para as Crianças”, que reflectem a posição de África unida em relação às questões das crianças. Ela evocou ainda a responsabilidade de que lhe foi atribuída pela Cimeira da então Organização da Unidade Africana (OUA) de transmitir a Posição Comum Africana à Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre as Crianças, em 2002, bem como as opiniões e as exigências das Crianças de África, que participaram na reunião de Cairo, à mesma Sessão Especial. Sobre este ponto, ela disse que os líderes e os Presidentes africanos exprimiram a sua forte vontade política de colocar as questões relativas às crianças nos seus planos nacionais como prioritários e acrescentou que a participação africana contribuiu para a formulação do documento da ONU em Nova Iorque, sob título “uma África Apropriada para as Crianças”.

8. S.E. Sr^a Mubarak indicou que a reunião actual visava identificar e avaliar os progressos alcançados pelos países em relação à implementação dos compromissos e das promessas feitas à respeito das questões de crianças em África, como contidas na Declaração e no Plano de Acção para uma “África Apropriada para as Crianças”, de 2001. Ela sublinhou que a reunião proporcionou uma ocasião para partilharem as

estórias de sucesso e os desafios, de modo a traçarem o caminho a seguir para a construção dum melhor dia de hoje e de amanhã para as crianças no Continente.

9. A S. Excelência informou a reunião de que acompanhou com vivo interesse os trabalhos da reunião de peritos e louvou os esforços nacionais, especialmente nos domínios da redução da pobreza, do desenvolvimento da educação, do melhoramento dos serviços de saúde, etc. Ela referiu-se em particular nos progressos feitos no campo do VIH/SIDA, no combate à cegueira dos rios e à malária, da vacinação das crianças e das políticas públicas de desenvolvimento amigo da criança. Ela observou que essas realizações eram indicadores do compromisso continental para com as questões da criança.

10. Todavia, a S. Excelência indicou que apesar das realizações feitas por alguns países, a situação das crianças em alguns países é crítica devido aos problemas económicos, sociais e políticos. Ela sublinhou que muito havia ainda a fazer para se assegurar e estabelecer os direitos da criança em todas as áreas.

11. Como um roteiro para a concretização das aspirações e visão comum para o presente e o futuro da Criança africana, S.E. Sr^a Suzanne Mubarak enfatizou a necessidade de se acelerar os esforços na área de consenso, da formulação de planos e da harmonização das leis e a legislação, de maneira a garantirem o gozo de todas as crianças dos seus direitos gerais, sem discriminação. De igual modo, dever-se-á garantir que os Ministérios de Conselhos nacionais para a Infância, que tratam das questões relativas às crianças, adquiram os recursos financeiros e humanos adequados bem como o poder necessário para permitir-lhes honrar as suas obrigações, encorajar o sector privado e a sociedade civil, de maneira a levar a cabo as suas responsabilidades sociais.

12. A S. Excelência realçou também áreas adicionais para a activação das estratégias e os Planos de Acção, incluindo o distribuir os recursos às quatro áreas específicas, nomeadamente: o Direito das Crianças a Vida, o Direito ao Desenvolvimento e à Educação, o Direito a Participação, o Direito da Criança à Protecção. Ela disse que um grande número de crianças são vítimas de conflitos e dramaticamente privados dos direitos, referindo-se igualmente à ligação entre o estudo do Secretário Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra as Crianças e às Crianças Vítimas de conflitos armados. Semelhantemente, ela chamou a atenção para os problemas do tráfico de crianças e da sua exploração sexual, que foram os tópicos principais nas reuniões de Atenas e de Paris realizadas no ano passado e em princípios do presente ano, respectivamente. Neste contexto, ela indicou que o Egipto estabeleceu um Comité Nacional para combater a Violência Contra as Crianças e atribuiu as verbas necessárias para a implementação do seu plano e, por isso, sublinhou a necessidade de haver uma acção colaborativa mais eficaz.

13. A S. Excelência Suzanne Mubarak, observou que o “Apelo para uma Acção Célere” deve proporcionar a base para reiterar e confirmar o compromisso de África de colocar a questão dos direitos e do bem-estar da criança africana no topo das prioridades, tendo em conta as responsabilidades nacionais e internacionais colectivas. Portanto, exorta a Comunidade Internacional a honrar os seus compromissos reiterados

em relação à criança africana e apelou-a a assumir as suas responsabilidades que têm a ver com o reforço da sua parceria internacional relativa ao Programa de Desenvolvimento, bem como a implementar as recomendações da Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável e a “Globalização com Face Humana”, de maneira a assegurar os benefícios para todos.

14. A Primeira Dama concluiu apelando para um Novo Contrato Social Internacional, que se baseie nos princípios de justiça, igualdade e paz. Ela exprimiu optimismo a respeito do futuro e indicou que com fé, esforços feitos com sinceridade e a colaboração com os parceiros no desenvolvimento, África poderá concretizar os seus objectivos.

(iii) Discurso da S.E. Sr. Moody Awori, Vice-Presidente da República do Quênia

15. A Sua Excelência Moody Awori começou o seu discurso transmitindo as saudações do governo e das crianças do Quênia, notando a importância e relevância histórica do Segundo Fórum Pan-africano sobre as Crianças. Ele afirmou o compromisso do Quênia para com as crianças do Quênia, demonstrado com o facto de o Quênia ter ratificado a Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança, em 2000, e a submissão oportuna dos relatórios.

16. A S.E. Sr. Awori procedeu depois à enumeração breve das acções quenianas, realçando o seguinte:

- A provisão de apoio financeiro às famílias, protegendo as crianças vulneráveis; cuidados médicos gratuitos para as mães grávidas e crianças com menos de 5 anos de idade; e a introdução do plano de saúde de mães e crianças (NCH) em todos os serviços sanitários;
- A concessão gratuita de medicamentos anti-retrovirais em hospitais públicos e a promulgação de lei de prevenção e controlo do VIH/Sida, que proíbe a discriminação contra as pessoas que vivem com o VIH/Sida;
- O ensino primário gratuito e compulsório, bem como o aumento do orçamento da educação para 1.6 bilhões de USD;
- Uma lei nacional estabelecendo a idade mínima de 18 anos para o recrutamento de pessoas para a polícia e as forças armadas;
- Um fundo empresarial de 15 milhões de USD para a juventude, de modo a facilitar a abertura e a expansão de empresas para os jovens.

17. Ao concluir, a S.Ex. Sr. Awori sublinhou a importância das crianças como o futuro de África e reiterou a necessidade de se garantir um futuro melhor para a realização das nobres aspirações reflectidas na Posição Comum Africana com vista a um “Mundo Apropriado para as Crianças”.

(iv) Discurso da Adv. B. Gawanas, Comissária para os Assuntos Sociais

18. A Sua Excelência Adv. Bience Gawanas manifestou o seu apreço aos membros do painel, a S. E. a Primeira Dama do Egito, ao Vice-presidente e Ministro responsável pelas Crianças do Quênia, ao Director Executivo Adjunto da UNICEF, ao Chefe Executivo do Plan International e ao Representante da Juventude. Ela agradeceu especialmente a Primeira Dama do Egito por ter sido a patrona do Fórum e pelo seu interesse pessoal na promoção das questões das crianças. De igual modo, agradeceu o Governo do Egito, o Conselho Nacional da Infância e da Maternidade por terem acolhido este Fórum e pela hospitalidade concedida aos delegados. Ela saudou igualmente o Presidente da Comissão da UA. Por outro lado, ela reconheceu as contribuições da UNICEF e de outros parceiros, participantes no Fórum, manifestando a sua esperança de contar com o seu apoio contínuo.

19. A Comissária lembrou os delegados da importância e dos resultados do Primeiro Fórum Pan-africano que foi realizado também no Cairo, em 2001. Esses resultados, disse, constitui a Primeira Posição Comum Africana - uma África Apropriada para as Crianças, que foi uma contribuição chave de África para a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre as Crianças, em Maio de 2002.

20. A Comissária Gawanas, observando a rica diversidade das delegações, apelou especialmente à vontade do colectivo do Fórum e um compromisso renovado para vencer os desafios que as crianças africanas enfrentam, buscando soluções para os mesmos. Como tal, ela revelou os objectivos do Fórum, que inclui avaliar as falhas e os progressos feitos desde 2001. De igual modo, chamou a atenção dos Ministros para os documentos analisados pelos especialistas em preparação para a reunião ministerial.

21. Ao reconhecer as promessas feitas em 2001, bem como os desafios que as crianças continuam a enfrentar, a Comissária Gawanas convidou a todas as delegações a analisarem colectivamente, tanto na qualidade de adultos como de pais, se já se fez o suficiente para as crianças africanas. Ela prosseguiu dizendo que a realização dos direitos das crianças e a promoção do seu bem-estar serão gorados devida à pobreza, à desigualdade, à injustiça social, aos conflitos, ao desespero e à privação, ao desrespeito pelas raparigas, à mortalidade infantil, à não participação, à exploração, ao abuso, à violência e à falta de acesso ao ensino, aos cuidados de saúde, ao crescimento, ao desenvolvimento, à nutrição e ao alojamento.

22. Ela defendeu fervorosamente o avanço dos direitos da criança e do seu bem-estar, bem como felicitou os governos, os indivíduos e as organizações, que priorizaram e comprometeram-se a empenharem-se na causa das crianças. Ao mencionar os instrumentos continentais que existem para garantirem os direitos das crianças, a Comissária realçou a importância da acção, da coordenação, da colaboração e dos recursos para uma “África Apropriada para as Crianças”. Isto, ela asseverou, garantirá um impacto positivo às vidas das crianças africanas.

23. A sua esperança, depois de Cairo, inclui o lançamento de uma campanha liderada pela UA para a ratificação da Carta Africana dos Direitos e o Bem-estar da Criança, por

todos os Estados-membros da UA, até 2008. Todavia, instou veementemente os Estados-membros a irem para além da ratificação, promulgando efectivamente ou emendando as leis apropriadas e as políticas amigas da criança.

24. A Comissária Gawanas prometeu o empenho e a liderança da Comissão da UA aos Estados-membros, ao Comité Africano e a todas as organizações, na divulgação da Carta e na realização das acções prioritárias do “Apelo para a Acção Célere”. Finalmente, ela resolveu prestar a devida atenção ao apelo feito pelas crianças, segundo o qual “Basta de Resoluções sem Soluções”.

(v) Discurso do Sr. Kul Gautum, Director Executivo Adjunto da UNICEF

25. O Sr. Kul Gautum, Director Executivo Adjunto da UNICEF, transmitiu aos participantes as saudações da Sr^a Ann Veneman, Directora Executiva da UNICEF. Ela disse que a Posição Comum Africana “uma África Apropriada para as Crianças”, teve um impacto enorme durante a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre as Crianças, em Maio de 2002, quando foi adoptada a Declaração e o Plano de Acção relativos ao “Mundo Apropriado para as Crianças”. Ele lembrou que, durante a Cimeira Mundial sobre as Crianças, em 1990, os dirigentes africanos comprometeram-se a cada criança um futuro melhor. Para além disso, após a Sessão Especial sobre as Crianças, muitos países africanos prepararam planos específicos de acção para as crianças e incorporaram os objectivos contidos na Declaração de um Mundo Apropriado para as Crianças, nos seus planos e políticas de desenvolvimento nacional. O Sr. Gautum elogiou a União Africana por ter colocado as questões relativas às crianças no topo da sua agenda, assim como por ter organizado o Fórum Pan-africano sobre as Crianças, com o intuito de promover a protecção e os direitos das crianças no Continente.

26. O Sr. Gautum enalteceu a longa parceria entre a UNICEF e a África na luta pela causa das crianças africanas. Ele sublinhou que a pobreza, a malnutrição, as doenças e a falta de educação eram alguns dos grandes problemas que as crianças enfrentam em África. Porém, algumas iniciativas foram tomadas através de parceria e a solidariedade, com vista a acelerar o processo de redução da pobreza. Ele observou que, para a África beneficiar da solidariedade internacional, os dirigentes africanos precisam de ser transparentes e de redobrar os seus esforços, a fim de concretizarem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), manter a democracia, os direitos humanos e a boa governação, submetendo-se ao escrutínio do Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (MAAP). Ele exprimiu a sua satisfação pelo facto de os 24 países terem aderido ao processo de auto-avaliação e de escrutínio dos pares. Isto, disse, teve um efeito positivo nas crianças, na medida em que aumentaram os serviços sociais e o apoio às crianças nesses países.

27. Contudo, o Sr. Gautum observou que muito ainda havia a fazer, porque muitos países ainda dão prioridade aos conflitos e às despesas com armamento militar nos seus orçamentos. Ele disse o mundo não pode desenvolver –se em paz, com dignidade e prosperidade, se a situação das crianças não melhorar e a África não concretizar os ODM até 2015. A este respeito, louvou os esforços feitos pela Primeira Dama do Egipto

para a realização dos Objectivos de uma “África Apropriada para as Crianças” e dos ODM.

28. Em jeito de conclusão, o Sr. Gautum lembrou que, nos últimos anos, à África tem conquistado um lugar de prestígio nos fóruns internacionais de desenvolvimento, tais como a Assembleia Geral, a Cimeira do G-8 e a TICAD. Desta feita, referiu-se à TICAD IV e à Cimeira do G-8 que terão lugar no Japão, em 2008, e manifestou a esperança de que o “Apelo para uma Acção Célere” para a construção de uma África Apropriada para as Crianças tenha repercussão nessas reuniões. Seguidamente, o SR. Gautum felicitou a todos os delegados pela contribuição que deram ao “Apelo para uma Acção Célere”, que será feito também à Sessão Comemorativa da Assembleia Geral da ONU, em Dezembro. Ele convidou a todos a continuarem a promover o caso para tornar a África um lugar apropriado para as crianças.

(v) Mensagem do Mais Reverenciado Arcebispo Desmond Tutu

29. O Arcebispo Desmond Tutu, na sua mensagem gravada, que foi apresentada durante a reunião, deu as boas-vindas aos participantes à reunião e manifestou a sua gratidão pela realização do Fórum Pan-africano sobre as Crianças. Ele disse que as crianças são os futuros engenheiros, arquitectos, pilotos e enfermeiros do amanhã. Portanto, sublinhou a necessidade de protegê-las e focou na promoção dos seus direitos, porque muitas delas sofrem com fome, doenças preventíveis, situações de conflito, exploração, como crianças-soldados, enquanto uma série delas morre antes de atingir os 5 anos de idade.

30. O Arcebispo felicitou a União Africana pelos seus esforços na organização do Fórum. Ele indicou que a vida sem infância tem consequências drásticas no desenvolvimento. Lembrou o Fórum das muitas Resoluções que são adoptadas, mas que não são implementadas. Por isso, exortou os participantes a não esperarem por mais relatórios nem conferências, mas para agirem agora.

31. O Arcebispo Desmond Tutu concluiu a sua mensagem dizendo que a África tem a responsabilidade de resolver os conflitos e de colocar os países e as crianças em primeiro lugar. Ele destacou a necessidade de se actuar urgentemente no sentido de resolução dos problemas das crianças, sem mais perda de tempo. Ele exortou os participantes a levarem de volta as conclusões da reunião aos seus países para a implementação necessária.

(vii) Discurso do Sr. Tom Miller, Chefe Executivo do Plan International

32. Depois de agradecer a Primeira Dama do Egipto, S. Excelência Sr^a Suzanne Mubarak, e os dignatários, o Sr. Miller exprimiu a sua gratidão à Comissão da União Africana por lhe ter dado e a sua organização a oportunidade de participarem nessa reunião internacional importante.

33. Ele disse que, desde a setenta anos, a sua organização tem-se preocupado com o objectivo de assegurar um mundo em que todas as crianças possam realizar todo o seu potencial. Hoje, disse, é realizada uma auto-avaliação objectiva, que é o passo seguinte.

34. Todavia, observou que muito ainda havia a fazer, porque muitas barreiras impediam as crianças de obterem o acesso à serviços e condições que necessitam para o seu bem-estar. Ele sustentou a sua afirmação com as palavras de uma jovem activista chamada Linda Yohanes.

35. O Sr. Miller disse que a planificação deve ser feita com os parceiros de desenvolvimento. Ele chamou a atenção para as dificuldades de integração de crianças –soldados na sociedade, do acesso de crianças deficientes às escolas e a escassez de professores especializados. Ele manifestou igualmente preocupação pelo facto de que a nova legislação sobre a protecção dos direitos da criança não estava a ser implementada.

36. Depois de ter afirmado que os jovens representavam 60% da população africana, ele recomendou que, para realizar uma “África Apropriada para as Crianças”, será necessário:

- investir recursos adequados, explorar as competências e decidir realmente efectuar mudanças;
- aproveitar o dinamismo e a vibração da juventude africana.

37. Ele concluiu reiterando os objectivos do Plan International nos próximos cinco anos.

(viii) Discurso da Sr^a Linda Yohanes, Representante da Juventude

38. A Sr^a Linda Yohanes agradeceu, em nome da juventude, a União Africana e os peritos. Ela disse que este dia foi dedicado à Juventude africana, acrescentando que os adolescentes, que não são considerados como crianças nem como adultos, são um grupo vulnerável e devem, por conseguinte, receber uma atenção especial, de maneira a assegurar que cresçam para serem adultos saudáveis. Ela acrescentou que os adolescentes precisavam de participar nos processos de elaboração de cartas e de resoluções que dizem respeito, mas que nunca o tinham feito e não conheciam sequer o conteúdo dessas cartas e resoluções.

39. A Sr^a Linda Yohanes enfatizou que deveria haver mais acções e menos conversa. Ela acrescentou que se deveria encontrar uma solução para esse estado de coisas, e que as crianças e os jovens podem encontrar as soluções, se lhes forem dada a oportunidade de demonstrarem o que são capazes de fazer. Por exemplo, as crianças podem também interrogar por que razão todas as resoluções não são implementadas. A Sr^a Linda Yohanes concluiu o seu discurso citando um provérbio que demonstrava a importância da Juventude.

IV. Ponto 2 da Agenda: QUESTÕES DE PROCEDIMENTO**(a) Eleição da Mesa**

40. Após as devidas consultas, a Mesa seguinte foi eleita:

Presidente	:	Egipto	(Região do Norte)
1º Vice-presidente	:	África do Sul	(Região Austral)
2º Vice-presidente	:	Gabão	(Região Central)
3º Vice-presidente	:	Gana	(Região Ocidental)
Relator	:	Ilhas Maurícias	(Região Oriental)

(b) Adopção da Agenda

41. A reunião adoptou a Agenda Provisória, tal como foi apresentada.

(c) Organização dos Trabalhos

42. A reunião adoptou o seguinte horário de trabalho:

Manhã	:	09h00 - 13h00
Tarde	:	14h30 - 18h00

V. Ponto 3 da Agenda:**a) TESTEMUNHO SOBRE A CEGUEIRA DA CRIANÇA DA SR^a ELLY MACHA, DIRECTORA EXECUTIVA DOS SERVIÇOS DA UNIÃO AFRICANA PARA OS CEGOS**

43. A Sr^a Elly Macha, Directora Executiva dos Serviços da União Africana para os Cegos (AFUB), manifestou a sua satisfação pela oportunidade que lhe deram de se dirigir aos Estados-membros da UA e às Organizações da Sociedade Civil, em nome dos Serviços que representa. Ela apresentou a AFUB como sendo a organização continental mãe das ONGs, dos organismos nacionais para os cegos e pessoas com deficiências visuais em África, criada há 20 anos, na Tunísia, pela então Organização da Unidade Africana (OUA). Esse serviço tem o objectivo de tornar o “Continente africano um lugar onde os cegos e as pessoas com deficiência visual podem gozar de direitos iguais, a inclusão social e a plena participação no processo de desenvolvimento”. Ela informou ainda a Conferência de que a AFUB contribui para esse estado desejável, reforçando o seu agregado, criando um objectivo, entre outros, o reforço da capacidade e da advocacia, na parceria com governos, agências internacionais e outros actores. A AFUB destina-se também a encorajar e a apoiar programas sobre a prevenção da cegueira.

44. Ela observou que, de acordo com os factos disponíveis na OMS, a África tem cerca de 6.8 milhões de pessoas com deficiência visual, 18% delas são crianças com menos de 15 anos de idade. Ela acrescentou que a população de crianças com deficiências visuais enfrenta uma série de desafios, incluindo a discriminação, os

comportamentos negativos, os estereótipos, os níveis de pobreza espantosos, o pouco acesso ao ensino, o desemprego e outras amenidades sociais. Ela sublinhou ainda que a AFUB está convicta de que os governos africanos e outros actores podem trabalhar de mãos dadas, com vista a reduzir a cegueira, que é evitável. Ela adiantou as medidas tomadas pela AFUB, a fim de assegurar que as crianças sejam livres da cegueira preventiva:

- i) que na “Visão 2020” as organizações membros da AFUB colaborem com organizações internacionais envolvidas na prevenção da cegueira;
- ii) que a AFUB trabalhe com membros nacionais na comemoração do dia nacional dos cegos, tendo em conta que o tema de 2007 foi “Visão para as Crianças”;
- iii) a AFUB está a implementar programas de formação sobre liderança com vista a reforçar a capacidade das organizações membros, com a ajuda de parceiros de desenvolvimento, enviando assim uma forte mensagem no sentido de prevenção e tratamento das causas preventíveis/reversíveis da cegueira;
- iv) encorajar e aconselhar as organizações membros a trabalharem em estreita colaboração com governos/ONGs interessados no combate à cegueira;
- v) a AFUB está envolvida em actividades do Conselho Internacional de Educação para pessoas com deficiência visual, que, em 2006, lançou uma campanha global sobre a educação para todas as crianças com deficiência visual (EFA-VI), que visa enviar um grande número de crianças com deficiência visual (VIC) à escola até 2015. Ela disse que a campanha de EFA-VI foi lançada em África, em Maio de 2007, e encorajou os Estados-membros da UA a apoiarem todas essas actividades;
- vi) o apoio da Associação Norueguesa de Cegos ajudou a construir Hospitais de Oftalmologia na Eritreia, em Lesoto e em Moçambique.

45. A Sr^a Elly Macha informou ainda a Conferência dos planos da AFUB, que são o de tornar-se uma participante activa fazendo parte do grupo encarregue de elaborar o plano de acção, que será aprovado pela UA em 2008; mobilizado as organizações membros, de modo a participarem no grupo de implementação e em campanhas de monitorização; esforçando-se para incluir nas suas publicações (AFUBNEWS) artigos relacionados com a Campanha Pan-africana de Combate a Cegueira; participando na investigação e disseminação da informação relacionada com deficiência visual; trabalhando com a UA nos processos de monitorização e de revisão periódica; aumentando a colaboração com agências de desenvolvimento; realizando workshops sobre liderança e advocacia; e focando mais em crianças em situações difíceis, como aquelas em área de conflito.

46. A Directora Executiva dos Serviços da União Africana para os Cegos concluiu o seu testemunho, apelando para que se faça um esforço concertado e se junte os

recursos para a erradicação da cegueira preventiva no continente africano, observando que a responsabilidade principal é dos governos nacionais, que devem promulgar e aplicar leis/políticas, bem como prever nos orçamentos nacionais rubricas especiais para o efeito.

b) DISCURSO DE S.E. SR. KAORU ISHIKAWA, EMBAIXADOR DO JAPÃO NO EGITO

47. A S.E. Sr. Ishikawa, Embaixador do Japão no Egito, agradeceu a Comissão da União Africana por lhe ter permitido proferir um discurso durante a reunião. Ele evocou a cooperação que existe entre a África e o Japão. Na ocasião, referiu-se, em particular, à Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento em África (TICAD), que foi inaugurada em 1993, a fim de promover um diálogo político ao alto nível e a ajuda internacional para o desenvolvimento entre os líderes africanos e os parceiros de desenvolvimento. Ele apelou para a solidariedade entre os países doadores e os recipientes, as regiões sul sul e entre gerações. Depois, informou os delegados sobre a IV reunião da TICAD, que se realizará no Japão em Maio de 2008, durante a qual serão adoptadas medidas concretas para a saúde e outros sectores. Ele disse que a vida das crianças deve ser rica em conhecimentos, cheia de boa saúde e ternura. De igual modo, acrescentou que era importante criar-lhes esperança e realizar os seus sonhos. Ele concluiu o seu discurso reiterou a sua gratidão aos participantes por o terem escutado.

c) DOCUMENTAÇÃO SOBRE UMA ÁFRICA APROPRIADA PARA AS CRIANÇAS

48. O documentário sobre uma África Apropriada para as Crianças foi preparado pelo UNICEF-Etiópia, em colaboração com o grupo do Jornal "Speak África Youth". Ele faz a cobertura de alguns acontecimentos nas cinco regiões do Continente, que têm a ver com a satisfação das promessas relativas a uma África Apropriada para as Crianças e destaca os restantes desafios. O documentário faz também referência às obrigações indispensáveis, contidas na Declaração sobre uma África Apropriada para as Crianças". Essas obrigações incluem a sobrevivência da criança, com uma atenção especial às intervenções sobre a malária, que resultou na redução da taxas de morbilidade e de mortalidade infantis, as oportunidades de ensino alternativo para raparigas fora da escola, a violência contra as crianças, a participação das crianças, a prevenção do VIH/SIDA, e a protecção da criança, em particular a Mutilação/Corte de Órgãos Genitais Femininos.

VI. Ponto 4 da Agenda: CONSIDERAÇÕES DO RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PERITOS (EXCLUÍDO A PARTE RELATIVA AO APELO PARA UMA ACÇÃO CÉLERE)

49. Após a análise do relatório da reunião de peritos, os Ministros adoptaram-no com poucas emendas.

VII. Ponto 5 da Agenda: CONSIDERAÇÃO DO PROJECTO DE APELO PARA UMA ACÇÃO CÉLERE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO PARA UMA “ÁFRICA APROPRIADA PARA AS CRIANÇAS (2008-2012)”

50. O projecto revisto de Apelo para uma Acção Célere sobre a Implementação do Plano de Acção para uma “África Apropriada para as Crianças” (2008-2012) foi analisado pelos Ministros e adoptado tal como foi emendado.

VIII. Ponto 6 da Agenda: SESSÕES EM MESA REDONDA:

i) Mesa-Redonda sobre a Violência contra as Crianças

Presidente: Sr^a Sheila Sisulu, Directora Executiva Adjunta do PAM

Oradores:

- Representante dos Camarões
- Representante do Chade
- Representante da Guiné
- Representante da UNICEF

51. A Sr^a Sisulu, nas suas observações preliminares, disse que estava impressionada com a grande variedade de questões levantadas em relação à protecção das crianças, incluindo todo o tipo de violência, e manifestou a esperança de que as discussões em mesa-redonda não foquem apenas na violência contra as crianças, mas também na violência circunstancial em que as crianças se envolvem.

52. A representante dos Camarões disse que no seu país existe todas as formas de violência contra as crianças. Elas incluem: a mutilação genital feminina; a violência/assédio sexual; crianças de rua, devido à pobreza e à privação; e as ofensas corporais, entre outras. Ela informou a reunião das medidas tomadas para a redução desses tipos de violência, que compreendem: os mecanismos de sensibilização; os programas contra a violência na escola e na comunidade; e um código para a protecção das crianças contra a violência.

53. A representante do Chade exprimiu o seu apreço ao Egipto, por este apoiar as crianças chadianas. Ela partilhou com a Conferência as circunstâncias do acontecimento relacionado com a tentativa de rapto de crianças Sudanesas e Chadianas, no Chade a 25 de Outubro de 2007. Ela disse que se alegava que as crianças tinham sido levadas do Sudão e acolhidas por uma ONG designada Children Rescue (Socorro de Crianças). Porém a tentativa de tráfico dessas crianças, sem o conhecimento das autoridades chadianas foi interceptada pelas forças armadas do Chade. Embora os perpetradores tivessem explicado que essas crianças eram órfãos, acabou-se por descobrir que afinal muitas delas tinham os seus pais. O orador observou que a atitude da ONG de raptar as crianças africanas, foi insultuosa para África, uma vez que a África tem cuidado sempre das suas crianças, incluindo as órfãs. A representante do Chade solicitou o apoio de todos os países africanos para o Chade no tratamento deste caso.

54. A representante da Guiné disse que devido a problemas sociais e económicos a violência física muitas vezes começa no seio da família e espalha-se pelas crianças. Ela acrescentou que as crianças que crescem em casas em que impera a violência, acabam por se tornar violentas e até matar os seus próprios pais. Ela afirmou que na Guiné Existem muitas formas de violência contra as crianças, incluindo a mutilação genital feminina (MGF), a exploração sexual, a utilização de crianças para o trabalho doméstico, o tráfico de crianças, a participação de crianças em conflitos armados, recorrendo assim às drogas e ao álcool, entre outros. Seguidamente, destacou as medidas tomadas para combater esses tipos de violência, como sendo as seguintes: a educação dos pais e das crianças sobre os perigos da MGF; e as campanhas organizadas com os meios de comunicação e as organizações da sociedade civil. Ela disse ainda que se faziam também esforços tendentes a sensibilizar o público sobre os direitos das crianças, com o apoio do ACNUR do Plan Guinea. Observou-se igualmente que mesmo os bebés por nascer se tornam vítimas da violência, quando há violência contra as mães grávidas.

55. A representante de Moçambique disse que falar da violência contra as crianças, é falar sobre a paz mundial. Porque as crianças são os adultos do amanhã, elas poderão incitar à instabilidade. Ela realçou as existentes formas de violência em Moçambique, nomeadamente: a exploração sexual; a MGF, recentemente trazida ao país por estrangeiros; o trabalho infantil; o tráfico de crianças; e a violência no seio da família, que talvez não se saiba, por ela ocorrer dentro de casa. Ela reiterou que a África deve comprometer-se a lutar contra a pobreza, porque, segundo a mesma, a maior parte da violência baseia-se nas condições sócio-económicas drásticas. A representante de Moçambique disse que a criação de melhores condições para o bem-estar, a educação e a erradicação da ignorância, bem como a necessidade de comunicação, são importantes para combater a violência contra as crianças.

56. O representante da UNICEF informou a reunião de que o “Apelo para uma Acção Célere” na implementação do Plano de Acção para uma “África Apropriada para as Crianças” apoia uma série de recomendações, tanto do Estado da ONU, de 2006, sobre a Violência contra as Crianças, como a Análise Estratégica em 10 anos do Estudo, de 2007, da Graça Machel sobre o Impacto dos Conflitos Armados nas Crianças. Essas recomendações foram também reforçadas por um conjunto de medidas, designadamente a proibição de todo o tipo de violência contra as crianças, através de reformas legais, incluindo a aplicação de leis para acabar com todas as formas de violência contra as crianças. Ele observou que a análise estratégica em 10 anos do estudo da Graça Machel sobre o Impacto dos Conflitos armados nas crianças revelou, que na década passada registou-se muitos progressos no desenvolvimento de normas, de padrões e de orientações práticas para a protecção das crianças e a satisfação das duas necessidades e direitos em situações de conflito armado. Porém, continua haver muitas falhas e desafios na aplicação, implementação e monitorização desses desenvolvimentos positivos. Ele acrescentou que o estudo recomenda mais medidas em quatro áreas, nomeadamente, a aplicação universal das normas e padrões internacionais, como uma necessidade urgente de se pôr fim a impunidade, priorizando os cuidados e a protecção das crianças em conflitos armados, reforçando a capacidade e a parceria, bem como prevenindo os conflitos e construindo a paz.

57. O representante da UNICEF manifestou o seu apoio e apelou por acções sólidas para a resolução dos problemas das crianças envolvidas em conflitos armados. Ele manifestou igualmente o seu apoio ao desenvolvimento de um Protocolo à Carta Africana, que proíba a utilização de crianças como soldados e ponha fim o seu recrutamento em conflitos armados. Finalmente, sublinhou a importância da participação infantil, reforçando o apelo das crianças e dos jovens para que “baste de resoluções sem soluções concretas”.

58. No debate que se seguiu as apresentações, foram levantadas as seguintes questões:

O papel importante e a responsabilidade dos pais na prevenção de todas as formas de violência contra as crianças foram realçados.

- i) Os Estados-membros da UA devem tomar a responsabilidade das crianças que fogem para outros países para evitarem a violência. As boas práticas que existem em alguns países para o tratamento de crianças e órfãos refugiados, devem ser partilhadas entre os Estados-membros e as Organizações da Sociedade Civil;
- ii) A capacidade das mulheres deve ser reforçada, porque elas desempenham o maior papel no desenvolvimento das crianças;
- iii) Há necessidade de se envolver as crianças no combate à violência contra elas;
- iv) Deverá fazer-se esforços para se acabar com as ofensas corporais em casa e nas escolas;
- v) Há necessidade de se pôr fim a violência psicológica contra as crianças, de se estabelecer indicadores das acções para as alterações do comportamento, de modo a ajudar a determinar os índices de sucesso, e efectuar estudos de base em comunidades, com vista ao estabelecimento de sistemas de resposta. Propôs-se ainda que a resposta à violência contra as crianças seja mais célere, concreta e eficaz, e que as vítimas não sejam utilizadas como meros instrumentos em Tribunais;
- vi) Há necessidade de se acompanhar as crianças africanas, que são adoptadas por um “sistema de adopção limpa”, até a sua maturidade;
- vii) Propôs-se o estabelecimento de instituições que possam reabilitar crianças, que sofram de violências graves, isto é aquelas cujos membros do corpo foram amputados;
- viii) Propôs-se ainda que os Estados-membros da UA promulguem uma lei contra o tráfico de seres humanos, com ênfase nas crianças e em casamentos precoces;

- ix) Há necessidade de se reforçar os serviços de aconselhamento familiar e de se melhorar as receitas das famílias, de modo a fazerem minimamente face a sua subsistência;
- x) Observou-se que alguns Estados ou autoridades governamentais violam inadvertidamente os direitos das crianças, ao colocarem em cadeias mulheres grávidas levando-as por vezes, a ter os bebés nesses lugares. Por outro lado, as crianças são as vezes colocadas em cadeias, ao lado de grandes criminosos, o que, ao serem libertas, acabam por se tornar também grandes criminosos;
- xi) Propôs-se a administração de cursos de controlo de maus temperamentos para pais e outros actores, bem como o estabelecimento dentro de polícia de agências especializadas no tratamento de questões de violência contra as crianças;
- xii) Propôs-se igualmente a adopção de estratégias para se prevenir o abandono de bebés/crianças, incluindo um programa de paz compulsório em todas as escolas do ensino secundário/superior em África, bem como a investigação para identificar os conflitos entre as leis nacionais e as tradições dentro das comunidades.

ii) Mesa-redonda sobre o Orçamento e os Recursos para os Programas das Crianças

Presidente: Sua Excelência Sr^a Alima Mhama, Ministra para os Assuntos das Mulheres e Crianças

Oradores:

- Representante do Egipto
- Representante do Quénia
- Presidente do Comité Africano de Especialistas em matéria de Direitos e Bem-estar da Criança
- Representante da Save the Children - Sweden.

59. O Presidente começou a sessão explicando que o orçamento e os recursos para as crianças é uma questão multiforme, que inclui recursos humanos, competências, recursos técnicos, planificação e comunicação.

60. O Secretário Geral da NCCM no Egipto transmitiu aos participantes a experiência do Egipto na identificação de verbas orçamentais para os programas ligados à questão dos direitos das crianças com o objectivo de avaliar quanto o governo gasta com as crianças. O orador descreveu a metodologia adoptada para essa avaliação, explicando que os indicadores foram agrupados em quatro áreas: a sobrevivência da Criança; o crescimento; o desenvolvimento; e a participação. No total, foram identificados vinte (20) indicadores. A avaliação revelou que, para além das verbas directas dos programas das crianças fizeram-se também gastos com as mesmas que não foram mencionados no orçamento. Uma série de Ministérios não tinha conhecimento, de que financiavam

programas relacionados com os direitos e o bem-estar das crianças. O orador disse, que o Governo do Egipto podia melhorar a eficácia da política e das despesas no seu país. O orador sublinhou igualmente a preocupação das famílias-alvo, que beneficiam dos programas de apoio à criança. O orador concluiu observando a necessidade de se estabelecer orientações legais e institucionais claras para os programas sobre os direitos das crianças.

61. O representante do Quénia, na sua apresentação, explicou o processo de orçamento e de mobilização de recursos para as crianças no Quénia, que é um processo participativo. Ele indicou que os vários conselhos identificam conjuntamente as prioridades relacionadas com as crianças e as actividades a serem financiadas-semelhantemente, realçou um conjunto de elementos importantes do orçamento para as crianças, nomeadamente, o processo de descentralização e a campanha de sensibilização feita em vários Ministérios com o objectivo de dar uma explicação sobre as prioridades, as necessidades e os direitos das crianças. Os participantes foram também informados acerca das comissões nacionais permanentes sobre o orçamento e o tráfico, que estão envolvidas no processo de preparação do orçamento e de planos de acção para os programas das crianças. Finalmente, o orador disse que o êxito na preparação do orçamento e na angariação dos recursos requer uma variedade de elementos interligados: o reforço das parcerias; o melhoramento dos recursos humanos, as mudanças de comportamento, de modo a colocar-se as crianças no centro; a adopção de um processo orçamental participativo; e a necessidade de se promover um diálogo inclusivo, com vista a incorporar os interesses das crianças no processo do Orçamento.

62. Na sua apresentação, o Presidente do Comité Africano de Especialistas em Matéria de Direitos e Bem-estar das Crianças (ACERWC), observou que há necessidade de se rever os recursos atribuídos aos programas dirigidos às crianças. Ele disse que, enquanto alguns recursos foram atribuídos ao nível macro, pouco se fez em relação ao nível micro. Por conseguinte, há necessidade de se aumentar as contribuições voluntárias e comunitárias para as actividades das crianças. Uma outra preocupação digna de realce que todos os orçamentos para as crianças não foram adequados, e menos ainda é transferido directamente para os beneficiários (as crianças) e suas famílias. O orador observou ainda a necessidade de haver transparência no processo orçamental e insistiu que os critérios de atribuição de verbas orçamentais às crianças de fazer parte da boa governação.

63. O representante da Save the Children – Sweden iniciou o seu discurso indicando alguns desenvolvimentos positivos em África, que tiveram impacto no processo orçamental. Esses acontecimentos foram: o aumento na média das taxas de crescimento em África; um melhoramento nos indicadores macro-económicos; e alguns fizeram reformas políticas que levaram uma porção da população a sair do ciclo da pobreza. Os participantes foram depois informados dos indicadores de base e comparativos, que dão o perfil das despesas públicas de países africanos, focando na saúde e na educação. Com base nisso, observou-se que, regra geral, os países africanos não investem o suficiente nas crianças. A análise apresentada indicou que uma grande porção de orçamento nos países africanos vai para o orçamento geral. O orador fez uma explanação geral dos vários desafios, quer externos quer internos, que

os países africanos se vêem confrontados e que produziram um efeito negativo nos processos de orçamento e na atribuição de verbas aos programas. Ele disse que havia um série de oportunidades que a África devia aproveitar para assegurar mais verbas. O representante da Save the Children - Sweden concluiu o seu discurso realçando a necessidade de os países africanos adoptarem políticas favoráveis aos pobres.

64. O debate que se seguiu às apresentações foi vivo e focou em algumas questões-chave. Um conjunto de propostas foram feitas sobre o aumento e a diversificação dos recursos orçamentais, incluindo o estabelecimento de um Banco, o reforço dos investimentos por países desenvolvidos em África, bem como a criação de serviços para as crianças. A questão da justiça social e da redistribuição da riqueza foram outras das preocupações levantadas pelos participantes, que visam assegurar que os recursos sejam canalizados para os necessitados. Os participantes propuseram que os Ministérios responsáveis pelos assuntos das crianças, devem ser envolvidos na monitorização dos orçamentos nacionais.

65. Finalmente, recomendou-se que a Comissão da União Africana preparasse um relatório sobre os gastos com as crianças em África e o distribuísse pelos Estados-membros, de modo a partilhá-lo com as autoridades locais.

X. Ponto 7 da Agenda: DIVERSOS

66. Não foi levantada nenhuma questão sob este ponto da Agenda.

**XI. Ponto 8 da Agenda: DATA E LOCAL DO TERCEIRO FÓRUM PAN-
AFRICANO**

67. Vários países manifestaram a vontade de albergar o próximo Fórum Pan-africano sobre as Crianças, dentro de quatro anos. As ofertas foram feitas pelos seguintes Estados-membros: Líbia, Mali, e Nigéria. Ficou acordado que os países efectuaram consultas, através das suas Embaixadas acreditadas na Comissão da União Africana em Adis Abeba, a fim de se decidir quem acolherá o próximo Fórum.

XI. Ponto 9 da Agenda: ADOÇÃO DO:

i) Apelo para uma Acção Acelerada da Implementação do Plano de Acção Célere para a realização de uma “África Apropriada para as Crianças”

68. O Apelo em epígrafe, revisto de acordo com as recomendações da reunião ministerial, foi apresentado pela Advogada Bience Gawanas, Comissária da União Africana para os Assuntos Sociais. Este Apelo foi adoptado, depois da introdução de algumas emendas.

ii) Conclusões e Recomendações

69. A relatora, Sua Excelência Sr^a Indranee Seebun, Ministra responsável pela Promoção dos Direitos da Mulher, o Desenvolvimento da Criança, o Bem-estar da

Família e a Protecção do Consumidor, das Ilhas Maurícias, apresentou o resumo das conclusões e das recomendações da Reunião dos Ministros. O resumo, tal como adoptado, está abaixo indicado:

70. “Os Ministros responsáveis pelas Crianças da União Africana, reunidos no Segundo Fórum Pan-africano sobre as Crianças, subordinado ao tema “Análise dos Progressos e o Apelo para uma acção Célere para a Realização de uma “África Apropriada para as Crianças”, deliberou sobre os problemas principais que afectam as crianças.

71. Após as deliberações, a reunião ministerial adoptou as seguintes conclusões e recomendações:

- (i) exprimiu o seu sincero apreço ao Governo e Povo do Egipto por terem acolhido o Fórum, pela sua hospitalidade e as excelentes condições disponíveis às delegações. O Conselho Nacional para a Infância e a Maternidade, chefiada pela Sr^a Suzanne Mubarak , Primeira Dama do Egipto, foi particularmente elogiado pelos esforços incansáveis, que tornaram o Fórum um grande sucesso, e por ter sido a Patrona do Fórum.
- (ii) Endossou o relatório e adoptou as recomendações da reunião de peritos (29 - 31 de Outubro de 2007), tal como foi emendado (Anexado). A reunião, entre outras coisas, decidiu que o Fórum Pan-africano focou apenas sobre as Crianças e não os jovens, de acordo com a definição de criança, como está contido na Carta Africana dos Direitos e do Bem-estar da Criança.
- (iii) Adoptou o Apelo para uma Acção Célere da Implementação do Plano de Acção para uma “África Apropriada para as Crianças” (2008 - 2012). O Apelo para uma Acção Célere será também uma contribuição para a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre as Crianças, que se realizará em Nova Iorque, em Dezembro de 2007.
- (iv) Aceitou e aprovou o apelo feito pela Primeira Dama do Egipto, S.E. Sr^a Suzanne Mubarak, para o lançamento da Campanha sobre a eliminação da prática de Mutilação Genital Feminina (MGF), como um programa dentro do quadro do Apelo para uma Acção Célere para a realização de uma “África Apropriada para as Crianças”.
- (v) Emitiu um Comunicado sobre a tentativa de sequestro das crianças Sudanesas e Chadianas do Chade.
- (vi) Adoptou as recomendações sobre:
 - A Violência contra as Crianças;
 - O Orçamento e os Recursos para os programas infantis.

- (vii) Saudou o Testemunho sobre a Cegueira Infantil feito pelos Serviços da União Africana para os Cegos (AFUB).
- (viii) Solicitou o Presidente da Comissão da União Africana a apresentar o Apelo para uma Acção Célere e as conclusões da reunião ministerial do Segundo Fórum Pan-africano sobre as Crianças, à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA”.

XII. Ponto 10 da Agenda: CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

72. A cerimónia de encerramento foi presidida pelo Ministro do Gana, na qualidade de Presidente da União Africana. O Presidente e os oradores na cerimónia de encerramento agradeceram o Governo do Egipto por ter acolhido o Fórum Pan-africano sobre as crianças, bem como a Primeira Dama do Egipto pelo seu patronato do Segundo Fórum.

73. A Sua Excelência Sr^a Alima Mhama, Ministra responsável pelos Assuntos da Mulher e da Criança do Gana exprimiu o apreço do seu país por ter sido escolhido pelos Estados-membros da UA para apresentar os resultados da reunião, o Apelo para uma Acção Célere, à Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre as Crianças, que se realizará em Nova Iorque, em Dezembro de 2007. A Sua Excelência Mhama sublinhou também a necessidade de se continuar a trocar experiências em todo o continente. Ela concluiu o seu discurso afirmando que no próximo Fórum Pan-africano sobre as Crianças a África irá encontrar as soluções para os seus problemas.

74. No seu discurso, o Sr. Jean-Baptiste Zoungana, Presidente do Comité Africano de Especialistas em Direitos e Bem-estar da Criança (ACERWC), disse que a situação em África está a deteriorar-se. Ele sublinhou a necessidade de se colocar a África ao centro das preocupações nacionais, porque elas são o futuro de África e os adultos do amanhã. O Sr. Zoungana apelou para que o relatório do Fórum seja apresentado à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo.

75. A Comissária da UA para os Assuntos Sociais, a Advogada Bience Gawanas, prometeu o empenho e o suporte da União Africana no trabalho com os Estados-membros, bem como apelou os parceiros para promoverem os direitos e o bem-estar das crianças. A Advogada Gawanas disse que prestará uma atenção às raparigas. Ela agradeceu, em particular, as crianças e os jovens, que participaram no Fórum, quer directamente quer como membros do painel, cujas vozes penetraram nos corações e nas mentes dos participantes.

76. No seu discurso, o Embaixador Mouchira Khattab, Secretário Geral do Conselho Nacional para a Infância e a Maternidade (NCCM) do Egipto, manifestou o seu apreço aos participantes do Fórum pela suas contribuições activas aos debates e por terem feito do Fórum um sucesso.

77. O Ministro do Estado para os Assuntos Sociais, da Mulher e da Criança no Sul do Sudão, S.E. Dr. Sami Mohamed Yassn, concluiu a cerimónia de encerramento

entregando uma moção de agradecimentos ao Governo, ao Povo e à Primeira Dama do Egito, por terem acolhido a Conferência com êxito. De igual modo, agradeceu a todos os representantes dos Estados-membros, aos parceiros do desenvolvimento, às ONGs e às Organizações das Sociedades Civas (OSC) e aos grupos de crianças, que contribuíram para o êxito do Fórum. Ele convidou aos participantes a levarem a agendas das crianças por diante, de maneira a garantirem uma vida melhor para as Crianças de África.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Décima-Segunda Sessão Ordinária

27 - 29 de Janeiro de 2008

Adis Ababa, Etiópia

EX.CL/380 (XII)

ANEXO 2

APELO PARA UMA ACÇÃO ACELERADA PARA
A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO DA
ÁFRICA DIGNA PARA AS CRIANÇAS
(2008-2012)

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

**SEGUNDO FÓRUM PAN-AFRICANO
SOBRE A CRIANÇA: REVISÃO INTERMÉDIA
29 de Outubro – 2 de Novembro de 2007
Cairo, Egipto**

PANAF/FORUM/CHD/MIN/2 (II)

**APELO PARA UMA ACÇÃO ACELERADA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANO DE ACÇÃO DA ÁFRICA DIGNA PARA AS CRIANÇAS
(2008-2012)**

**APELO PARA UMA ACÇÃO ACELERADA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANO DE ACÇÃO DA ÁFRICA DIGNA PARA AS CRIANÇAS
(2008-2012)**

I. INTRODUÇÃO

1. **Nos**, Ministros dos Estados Membros da UA responsáveis pela promoção e salvaguarda dos direitos e bem-estar das crianças nos nossos respectivos países, reunidos no Cairo, República Árabe do Egipto, de 29 de Outubro a 2 de Novembro de 2007, analisamos e fizemos a revisão do progresso registado na implementação da Declaração e do Plano de Acção da África Digna para Crianças de 2001, que constituiu a Posição Comum Africana sobre Crianças na Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU de 2002. Centramos as nossas deliberações em 10 prioridades delineadas pelo Plano de Acção, nomeadamente: Quadro geral; Aumento das oportunidades na vida; Combate ao HIV/SIDA; Reconhecimento do Direito a Educação; Reconhecimento do Direito à Protecção; Participação da Juventude e das Crianças; Acções a todos os níveis; Parcerias Internacionais; Acções de Acompanhamento e Supervisão: Apelo para Acção.

2. **Reafirmamos** os compromissos assumidos para tornar **África Digna para Crianças**, entre outros, através da:

- Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo de África – Julho de 1990;
- Declaração e Plano de Acção de África Digna para Crianças, adoptada em 2001 que foi também a contribuição de África na Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre Crianças realizada em Nova Iorque – Maio de 2002;
- Declaração e Plano de Acção sobre a Redução do Desemprego e Pobreza em África, adoptados pela Terceira Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estados e de Governo, realizada em Ouagadougou, Burkina Faso, em Setembro de 2004;
- Plano de Acção sobre a Família em África 2004;
- Decisão – Assembly/AU/Dec.75(V) sobre Acção Acelerada para Sobrevivência e Desenvolvimento da Criança em África para alcançar os ODMs, particularmente o ODM 4 sobre a redução da mortalidade e morbilidade infantil – Julho de 2005;

- Decisão – Assembly/AU/Dec.92(VI) sobre a Segunda Década da Educação em África (2006-2015) – Janeiro 2006;
- Quadro de Políticas e Plano de Acção sobre a Saúde Sexual e Reprodutiva – Janeiro de 2006;
- Apelo de Abuja para Acção Acelerada para Acesso Universal aos Serviços de HIV/SIDA, Tuberculose e Malária em África – Maio 2006;
- Carta da Juventude Africana – Julho de 2006
- Estratégia de Saúde de África de 2007-2015
- Plano de Acção da Década Africana sobre Pessoas Portadoras de Deficiência 2000;

3. **Reafirmamos** ainda todas as outras declarações, decisões, resoluções, recomendações e documentos normativos pertinentes, a todos os níveis, incluindo a Declaração do Milénio das Nações Unidas e os ODMs sobre o melhoramento do nível de vida e bem-estar das crianças de África.

4. **Preocupados** com a situação das crianças em África que se mantém crítica devido aos problemas sócio-económicos, culturais e políticos, incluindo conflitos, violência, abusos, negligência, exploração, tráfico, desastres naturais e doenças geralmente evitáveis, pobreza, e práticas tradicionais nocivas.

5. **Notamos** com preocupação a vulnerabilidade especial da criança feminina e crianças portadoras de deficiência; atenção especial tem de ser dada a todas as acções prioritárias para ajudá-las a ter acesso aos serviços e exercer os seus direitos com dignidade.

6. **Conscientes** de que embora um número significativo de resultados tenham sido alcançados em África na promoção da sobrevivência, protecção, desenvolvimento e participação da criança, ainda assim o progresso tem sido lento e as metas estabelecidas para uma África Digna para as Crianças e um Mundo Digno para Crianças ainda não foram atingidas.

7. **Reconhecemos** a necessidade de reforçar os mecanismos para a responsabilização de modo a garantir progressos mais consistentes e abrangentes, durante os próximos cinco anos.

II. SITUAÇÃO E DESAFIOS

8. O bem estar das crianças africanas depende primeiro e, antes de mais, do bem estar das suas famílias e comunidades. A África tem um dos maiores

níveis de pobreza absoluta no mundo. Os programas governamentais e a sua abrangência na erradicação da pobreza requerem consideráveis esforços e apoio. Isto tem grandes implicações na saúde, educação e protecção dos direitos da criança. Como sempre, as crianças sofrem as consequências de uma situação que não controlam, nem são responsáveis.

MELHORAR AS OPORTUNIDADES DA VIDA

9. A Declaração e Plano de Acção da África Digna para as Crianças estabelece um ambicioso número de medidas para garantir que cada criança em África tenha um bom começo na vida, que possa crescer e desenvolver num ambiente de amor e amigo da criança, de aceitação, paz, segurança e dignidade. Têm sido feitos progressos consideráveis para se atingir esses objectivos. Embora tenha havido novas iniciativas e desenvolvimentos após a adopção da declaração, o seu impacto ainda não é significativo.

10. As oportunidades de vida das crianças de África são as mais baixas no mundo. Quase 5 milhões de crianças africanas morrem de doenças evitáveis e tratáveis. Desde que a África Digna para Crianças foi adoptada em 2001, cerca de 28.800.000 de crianças africanas morreram de causas evitáveis.

11. Guiados por esse entendimento, em 2007 a Reunião dos Ministros da Saúde da União Africana adoptou a nova Estratégia de Saúde de África. Como notaram, "apesar de África possuir 10% da população mundial, ela acomoda 25% do fardo global de doenças e tem apenas 3% da força de trabalho global.". A nova estratégia visa reforçar o sistema de saúde de forma abrangente. Lida com áreas críticas, incluindo a redução da morbilidade e da mortalidade neo-natal e o combate à malária e à desnutrição. Ela dá-nos um quadro claro de direcções para lidar com as condições e doenças que perigam as oportunidades de vida das crianças Africanas.

12. Ao mesmo tempo, compreende-se que intervenções não médicas, tais como abastecimento de água potável e melhoria no saneamento são cruciais para a saúde e a nutrição das crianças e suas famílias.

COMBATE AO VIH E SIDA

13. A Declaração e Plano de Acção da África Digna para Crianças chamou a atenção para a redução da incidência do VIH/SIDA no seio da população jovem com idades compreendidas entre os 15 e 24 anos até 25% em 2005 e prevenção da transmissão do VIH de mãe para filho (TMF) até 25% no mesmo ano. De facto, o TMF foi reduzida em 25% em vários países. Fora da África Austral e Oriental, manteve-se consideravelmente baixo o nível de baixa incidência do vírus entre pessoas jovens. Ao mesmo tempo, investimentos

adicionais de milhões de dólares foram disponibilizados e estão a ser utilizados para combater a epidemia em todas as frentes.

14. Ainda assim, a magnitude da epidemia continua alarmante, especialmente na região Austral e partes da região Oriental de África. Em 2006, dois milhões de crianças foram infectadas, como foram também infectados 10 milhões de jovens entre 15 e 24 anos. Deste número, 3/4 são do sexo feminino. Apenas uma pequena porção dos jovens que necessitam, têm acesso ao tratamento.

15. Em algumas partes do continente, cerca de um-terço das mulheres grávidas estão infectadas e cerca de um-terço das crianças nascidas dessas mulheres também serão infectadas pelo vírus. Sem tratamento, mais de metade dessas crianças morrerão antes do seu segundo ano de vida. A transmissão de mãe para filho é a segunda via mais comum de transmissão do VIH e pode ser reduzida através de terapia anti-retroviral atempada. Contudo, apesar do progresso acima registado, as drogas necessárias não estão suficientemente disponíveis e em algumas áreas rurais o acesso é muito reduzido.

16. Uma das consequências imprevistas da epidemia do SIDA para África tem sido o surgimento de uma nação virtual de crianças órfãs, crescendo mais rápido que os piores receios previstos. Até 2010, estima-se que o número de crianças sem um dos seus pais totalizará 53 milhões de crianças.

17. Em 2006, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana reunidos numa Cimeira Especial sobre o VIH e SIDA, Tuberculose e Malária, adoptaram o Apelo para Acção Acelerada para Acesso Universal aos Serviços do VIH e SIDA, Tuberculose e Malária em África até 2010. Claramente, estas doenças prevalecem na mesma magnitude que em 2001, a maior questão de sobrevivência afectando as crianças e a juventude de África.

IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

18. A Declaração sobre África Digna para Crianças reiterou uma vez mais os objectivos e compromissos educacionais que tinham sido detectados em outras conferências e cimeiras de Chefes de Estado e de Governo e de Ministros da Educação, em que se comprometeram com a Educação para Todos, com realce para a prestação do acesso universal à educação básica gratuita, de qualidade e obrigatória e garantia de oportunidades iguais para raparigas e rapazes. Com a abolição de propinas escolares por parte de um número de países, mais raparigas e rapazes africanos agora frequentam as escolas como nunca antes. O progresso com relação a Educação para Todos aproxima-se da realidade. As matriculas aumentaram entre 1999 e 2005 de 57% a 70%, e em alguns países regista-se igualmente uma melhoria na paridade do género.

19. Apesar disso, os desafios educacionais continuam a ser problemas fundamentais em África. Uma avaliação da primeira Década da Educação para África (1997-2006) revelou que "a maioria dos objectivos" não foi atingida. Entre os assuntos que urgentemente necessitam ser resolvidos está o reduzido número de acesso às estruturas de educação e aos serviços destinados a crianças portadoras de deficiências, a fraca transição para a educação pós-primária e formação de professores, instalações recreativas e desportivas inadequadas nas escolas, formação profissional e técnica, bem como o abuso de crianças, principalmente adolescentes e raparigas. O número de crianças fora do sistema de ensino em certos países continua a subir. O desenvolvimento na primeira infância, incluindo o ensino primário, também precisa de realce crescente para aumentar o acesso. Os sistemas de educação continuam a enfrentar grandes constrangimentos de recursos, incluindo a falta de professores formados.

20. Atenção inadequada tem sido dada ao ensino e investigação superior como fonte de recursos humanos e de novos conhecimentos para o enriquecimento a todos os níveis de educação. Os ministros também identificaram a necessidade da melhoria dos sistemas de gestão de informação para facilitar o planeamento, supervisão e acompanhamento da educação baseado no conhecimento.

21. Face a essa realidade, os Ministros Africanos da Educação conceberam a Segunda Década de Educação para África 2006-2015, como um Plano de Acção abrangente destinado a resolver os grandes desafios que se apresentam.

IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À PROTECÇÃO

22. A Declaração e Plano de Acção da África Digna para Crianças compromete os Estados-parte em relação a todas as formas de abuso, negligência, exploração e violência. Existem dados inadequados sobre a maioria das questões relevantes à protecção das crianças. Estes incluem as crianças afectadas pelos conflitos armados, exploração sexual de rapazes e raparigas, mutilação genital feminina, casamento forçado, matrimónio prematuro, trabalho infantil, incluindo as piores formas de trabalho.

23. Embora algum progresso tenha sido registado, é ainda insuficiente. Agora, há um aumento da consciência e reconhecimento da violência contra as raparigas, que tem sido maior problema em casa, na comunidade e mesmo nas escolas. Ultimamente, uma atenção particular tem sido atribuída à mutilação genital. Ainda que os resultados iniciais sejam promissores, um maior esforço contínuo ao nível de todo o continente é necessário para a sua eliminação. O trafico com propósitos de prostituição, pornografia e violência doméstica

aumentou rapidamente em muitos países Africanos. O casamento prematuro e forçado mantém-se como uma realidade para milhões de raparigas jovens. Tradições culturais e leis costumeiras e as práticas religiosas são frequentemente usadas para justificar tais praticas inaceitáveis e destrutivas.

24. Apesar da atenção dada a esses assuntos, muitos países Africanos continuam afectados por conflitos armados. As crianças portadoras de deficiências são estigmatizadas e negadas às oportunidades de educação.

25. Embora algumas leis tenham sido harmonizadas e incorporadas na legislação nacional, muito continua ainda por se fazer. Apenas 41 países Africanos ratificaram a Carta Africana sobre Direitos e Bem Estar da Criança. Os direitos das crianças são raramente atribuídas a mesma prioridade que os direitos dos adultos. Poucas crianças desfrutam os direitos que foram previstas na ACRWC, Convenção das NU sobre os Direitos da Criança (CRC) e não têm acesso à protecção legal e medidas correctivas. Muitos protocolos das NU destinados a protecção das crianças não foram ainda ratificados por alguns países.

26. Apesar da seriedade dessas muitas injustiças ser amplamente reconhecida e apesar de terem sido dados passos para acabar com essas situações, a distância entre as normas e a prática permanece muito considerável. A criança de África merece dos seus governos a protecção contra as ameaças à sua vida, paz de espírito e respeito pela sua dignidade humana.

PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E DA JUVENTUDE

27. A Declaração e Plano de Acção da África Digna para as Crianças afirma "o direito dos jovens e das crianças de participar". De facto, algumas iniciativas preliminares interessantes foram lançadas em várias partes do continente para implementar esse objectivo. A Carta Africana da Juventude de 2006 estabelece, entre outras, o direito da juventude em participar no desenvolvimento do continente e na tomada de decisão "aos níveis da governação, local, nacional, regional e continental.

28. Apesar das promessas feitas, a realidade é que a participação significativa das crianças nos assuntos do estado, sociedade, comunidade e família é extremamente rara. Deveria ser reconhecido que uma participação significativa e informada das crianças e adolescentes não leva apenas a um bom entendimento e possível solução dos problemas que eles enfrentam, mas também é uma das mais efectivas vias para melhorar o seu desenvolvimento social, auto-estima, bem como o respeito pelos outros e a necessidade de comportamento responsável.

III. APELO PARA ACÇÃO ACELERADA

29. Nós, os Ministros dos Estados Membros da UA responsáveis pela promoção dos direitos e bem-estar da criança, reafirmamos o nosso compromisso em alcançar as metas do Plano de Acção de 2001 e engajamo-nos nas seguintes acções prioritárias em cada uma das áreas:

1. ESTRUTURA LEGISLATIVA E POLÍTICA:

- a) Todos os Estados Membros da UA devem ratificar a Carta Africana sobre os Direitos e Bem Estar da Criança até ao fim 2008;
- b) Incorporar a Carta a nível nacional e promulgar ou emendar leis para harmoniza-las com a Carta até 2010;
- c) Acelerar a reforma legal para assegurar que todas as crianças sejam protegidas por legislação alargada em conformidade com a carta africana e outros instrumentos quadros internacionais, relativos aos direitos humanos;
- d) Harmonizar as leis existentes sobre crianças a nível nacional;
- e) Solicitar a UA que elabore um protocolo adicional à ACRWC sobre a eliminação do envolvimento de crianças em conflitos armados;
- f) Desenvolver um quadro político apropriado em todos os ministérios para que lidem com crianças e acelerar acções atinentes ao exercício dos direitos da criança e resultados concretos, assim como foi previsto no Apelo para a Acção.

2. QUADRO INSTITUCIONAL

- a) estabelecer uma estrutura dotado de recursos adequados, estruturas, tais como observatórios nacionais e provedor de justiça para os direitos da criança que incluam crianças como membros;
- b) Estabelecer estruturas apropriadas para garantir liderança, supervisão e responsabilidade pela implementação das leis, políticas e programas destinados a crianças do continente;
- c) estabelecer mecanismos funcionais para a coordenação da implementação de programas inter-sectoriais para a criança, que envolvam todos os importantes ministérios e departamentos bem

como a sociedade civil, o sector privado e as instituições representadas e dirigidas pelas próprias crianças;

- d) estabelecer um grupo de trabalho conjunto, constituído pelos membros do Comité das NU sobre os Direitos da Criança e do Comité de Peritos sobre a Carta Africana ou os Direitos e Bem-estar da Criança com representação regional adequada para analisar a viabilidade da harmonização e simplificar os formatos dos relatórios, bem como considerar as oportunidades de aprendizagem mútua e as opções que possam acrescentar valor aos processos utilizados por cada um, quando se trata de informar e rever os relatórios dos países de África.

3. MOBILIZAÇÃO E AUMENTO DE RECURSOS PARA UMA ÁFRICA DIGNA PARAS AS CRIANÇAS

- a) Dotar recursos suficientes nos planos nacionais, as Estratégias de Redução da Pobreza e os Instrumentos e orçamentos de Despesas Intermediárias devem prever recursos suficientes para a implementação de vários elementos do Plano de Acção da África Digna para Crianças, com destaque para as crianças marginalizadas, incluindo aquelas provenientes de famílias pobres, vulneráveis, crianças órfãs e portadoras de deficiência;
- b) Fortalecer a cooperação entre os actores intervenientes para a assimilação das boas práticas na mobilização de recursos e explorar propostas multi-países para a busca de fundos junto dos parceiros bilaterais e internacionais, bem como do sector privado, visando acelerar a realização dos objectivos estabelecido no Plano de Acção da África Digna para as Crianças;
- c) Dotar recursos suficientes para reforçar as medidas de protecção social às crianças, especialmente as mais vulneráveis, órfãos e crianças com carências especiais e órfãs;
- d) Dotar recursos suficientes para as estruturas criadas para resolver os problemas das crianças.

4. REFORÇO DAS POSSIBILIDADES DE VIDA

- a) Fortalecer os sistemas de saúde para prestar serviços de saúde infantil e materna bons e de qualidade e desenvolver centros de saúde e hospitais amigos da criança e da juventude, em conformidade com a estratégia de Saúde da África;

- b) Acelerar intervenções essenciais para a redução da morbilidade e mortalidade materna, bem como da mortalidade neo-natal;
- c) Acelerar um pacote mínimo de intervenções comprovadas para crianças, baseadas em estratégias bem sucedidas, tais como o programa acelerado de Sobrevivência e Desenvolvimento da Criança (ACSD), Gestão Integrada das Doenças da Infância e Neo-natais (IMNCI), como parte de políticas e planos nacionais de saúde e estratégias de redução da pobreza e reformas do sector da saúde, em conformidade com a Decisão AU/Dec.75 (V) No.6 sobre a Aceleração da Acção para que a Sobrevivência e o Desenvolvimento em África satisfaçam os ODM;
- d) Apoiar acções de carácter familiar e comunitário que fortaleçam a nutrição da saúde e o bem-estar das crianças, incluindo práticas de alimentação adequada da criança pequena e medidas de segurança alimentar necessárias.

5. COMBATE AO VIH E SIDA

- a) Acelerar o acesso universal a prevenção, ao tratamento, aos cuidados e apoio (vinculando à outras medidas de promoção da saúde reprodutiva e redução da Tuberculose, Malária e outras doenças relacionadas) com destaque para os adolescentes e raparigas, mulheres e crianças portadoras de VIH e SIDA, bem como os segmentos mais vulneráveis da sociedade;
- b) Aumentar os programas de Prevenção da Transmissão Mãe para o Filho do VIH e da SIDA;
- c) Apoiar medidas que assegurem a prevenção e protecção primária, bem como resolver o problema do contexto social do VIH e da SIDA que faz com que as raparigas, adolescentes e crianças sejam mais vulneráveis;
- d) Apoiar iniciativas para promover atitudes positivas perante os afectados, bem como a abordagem das questões da estigmatização e exclusão.

6. IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

- a) Implementar os objectivos estabelecidos na 2ª Década da Educação em África para 2006 2015;

- b) Garantir a segurança dos rapazes e das raparigas nas escolas, promover escolas de qualidade e amigas da criança que assegurem o fornecimento de água potável, casas de banho segregadas para meninas e rapazes, introduzir a saúde e alimentação escolares, bem como serviços de orientação e aconselhamento, como medidas que irão melhorar a qualidade de aprendizagem e reduzir a desistência das crianças;
- c) Assegurar o acesso universal à educação básica de qualidade abrangente incluindo os cuidados e a educação da pequena infância tanto para raparigas como para rapazes com atenção particular a redução das disparidades e cuidando dos direitos das crianças marginalizadas incluindo as crianças de famílias pobres, de rua, portadoras de deficiências e em situações de conflitos armados, bem como crianças fora do sistema de ensino;
- d) Fortalecer o Sistema de Gestão da Informação na Educação (EMIS) para incluir dados sobre o acesso, retenção e realização bem como processos educativos tais como técnicas pedagógicas e resultados do ensino;
- e) Desenvolver e expandir infra-estruturas desportivas nas escolas e promover actividades extra-curriculares para crianças.

7. IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À PROTECÇÃO

- a) Garantir um registo universal de nascimento, através de medidas abrangentes, incluindo campanhas e sistemas com recursos apropriados;
- b) Criar um sistema judicial juvenil alargado que seja consequente com as disposições da Carta Africana dos Direitos e do Bem-estar da Criança, incluindo a reabilitação e reintegração de crianças em conflito com as leis vigentes;
- c) Promover e implementar estratégias nacionais integradas compreendendo a tolerância zero, apoiadas por emendas apropriadas ao código criminal e relevante legislação, cumprimento e sensibilização crescente para o abandono de práticas tradicionais nocivas tais como a mutilação genital feminina e o casamento prematuros;
- d) Promover e implementar programas multisectoriais sobre a eliminação da violência contra a criança, incluindo a negligência, o abuso, a exploração sexual, o trabalho e o tráfico infantil com base nos resultados e recomendações do Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra

as Crianças, bem como as actividades de apoio, como linhas de vida e locais seguros para reabilitar e integrar as crianças vítimas de abuso, exploração sexual, violação e tráfico;

- e) Implementar medidas de prevenção de conflitos através da educação para a paz e a promoção da participação efectiva das crianças, em conformidade com o direito humanitário internacional e as disposições da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança, proteger as crianças contra o impacto de conflitos armados e incluir crianças nas actividades de reconstrução e de reabilitação pós-conflito, bem como implementar as recomendações da revisão de 10 anos do Estudo Graça Machel sobre Crianças em Situação de Conflito Armado.

8. IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA

- a) Promover o direito a participação de todas as crianças (particularmente crianças marginalizadas, crianças de famílias pobres, portadoras de deficiências e crianças órfãs e vulneráveis) com base nas suas capacidades de evolução através da criação de fóruns consultivos apropriados, como clubes de direitos da criança, parlamentos infantis, associações;
- b) Criar um ambiente social seguro e propício para a participação da criança e proporcionar-lhe o acesso à informação apropriada, ouvir as suas opiniões e estimular-las a participar na formulação de decisões na procura de soluções para questões que afectam as suas vidas através do uso optimizado dos meios de comunicação social e da mediatização interactiva;
- c) Proporcionar a participação integral e efectiva de crianças em todos os aspectos de celebração do Dia da Criança Africana;
- d) Documentar as boas práticas de participação da criança e da juventude *vis-à-vis* como fortalecer e acelerar o alcance de resultados para as crianças, a aprendizagem das lições extraídas e a maior aplicação;
- e) Promover a participação de crianças em actividades desportivas e culturais.

IV. CONTROLO E AVALIAÇÃO

30. A Declaração e o Plano de Acção de uma África Digna para as Crianças de 2001 carece de uma estrutura de supervisão e avaliação. Portanto, a revisão solicita:

Os Estados Membros devem:

- a) Utilizar o quadro para a monitorização e avaliação através de observatório nacionais e mecanismos de coordenação para rever e avaliar os progressos alcançados e identificar falhas e encontrar soluções numa base anual;
- b) Submeter relatórios de actividades sobre o estado de implementação do PdA e do Apelo para uma Acção Acelerada aos órgãos da UA, através da Comissão da União Africana;

A Comissão da UA deve:

- a) Elaborar um quadro para o controlo e a avaliação deste Apelo para Acção Acelerada, contendo orientações apropriadas, objectivos e indicadores de medição dos avanços ao nível dos países para permitir comparações inter-países, constituir bancos de dados continentais, incluindo resultados de investigação, partilha de conhecimentos e boas práticas que acelerem as intervenções conducentes à realização dos objectivos estipulados para as crianças;
- b) Elaborar o “relatório sobre a Situação da Criança em África” de dois em dois anos;
- c) Levar a cabo uma revisão quinquenal sobre os progressos realizados na implementação deste Apelo e do Plano de Acção de cinco em cinco anos;
- d) Reforçar a capacidade da ACERWC de dar seguimento ao monitoramento das principais disposições do Plano de Acção e do Apelo;
- e) Utilização da informação contida nos relatórios anuais dos Estados-parte para assegurar a inclusão das questões da criança no Mecanismo de Revisão de Pares;

O Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança deve:

- a) Efectuar visitas aos países e usar igualmente o quadro de monitoramento e avaliação do Apelo para uma Acção Acelerada, como informação suplementar para a revisão dos relatórios dos Estados-parte.

V. PAPEL E RESPONSABILIDADES DE OUTROS INTERVENIENTES

31. A Comissão da UA e os Estados-parte assegurarão que todos os documentos da política relacionada com as crianças no continente sejam divulgados o mais amplamente possível entre os principais parceiros

a) Comunidades Económicas Regionais (CERs) deve:

- i) Estabelecer uma representação para o desenvolvimento social, onde não exista, coordenar com todas as outras questões sociais incluindo os programas para crianças.
- ii) Aumentar a sensibilização e promover os direitos e bem-estar da criança de acordo com a Carta Africana sobre os Direitos da Criança e o Plano de Acção sobre uma África Digna para as Crianças;
- iii) Trabalhar em estreita ligação com os Estados Membros, o Comité Africano de Peritos sobre Direitos e Bem Estar da Criança e outros intervenientes para implementar a Declaração e o Plano de Acção sobre Crianças, bem como os outros programas sobre crianças;
- iv) Desenvolver políticas infantis regionais, em colaboração com os parceiros e direccionar a agenda sobre crianças na região;
- v) Colaborar e trocar informação com a UA sobre matérias relacionadas com as crianças;
- vi) Considerar o Apelo e África Digna para Crianças como uma questão regional e direccionar recursos para colmatar as necessidades identificadas, acelerando a cobertura de intervenções de grande impacto.

b) Comité Africano de Peritos sobre Direitos e Bem Estar da Criança (ACERWC) deve:

- i) Defender e influenciar os estados membros para a ratificação da Carta Africana sobre os Direitos e Bem Estar da Criança;
 - ii) Liderar os esforços visando a implementação da Carta Africana sobre Direitos e Bem Estar da Criança, o Plano de Acção sobre a Criança, bem como o Apelo para uma Acção Acelerada.
 - iii) Supervisionar e informar casos de violação dos direitos das crianças, particularmente em situações de conflito, e outras situações de emergência.
- c) Outros Órgãos da UA (especialmente o Parlamento Pan-africano, o ECOSOCC, Conselho de Paz e Segurança) devem:**
- i) Conceder máxima prioridade ao Apelo para uma Acção Acelerada e ao Plano de Acção para uma África Digna para as Crianças nas suas agendas e desempenhem um papel importante na implementação desses compromissos;
 - ii) Incluir a promoção dos direitos e bem-estar das crianças nos seus programas específicos;
 - iii) Trabalhar em colaboração com o Departamento de Assuntos Sociais e o Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-estar da Criança, sobre actividades relacionadas com a criança.
- d) Parceiros de Desenvolvimento devem:**
- i) Prestar apoio técnico e financeiro aos governos para que continuem a implementar a Declaração e o Plano de Acção sobre uma África Digna para as Crianças bem como o Apelo para uma Acção Acelerada;
 - ii) Conceder máxima prioridade no financiamento dos vários elementos com vista a aumentar as acções, para o alcance de resultados para uma África Digna para as Crianças;
 - iii) Colaborar com a Comissão da UA e com os Estados Membros na promoção, disseminação e implementação do Plano de Acção de uma África Digna para as Crianças e neste Apelo para uma Acção Acelerada.
- e) Sociedade Civil deve:**

- i) Criar uma rede de organizações da sociedade civil para apoiar na disseminação, implementação e supervisão do Apelo para uma Acção Acelerada e o Plano de Acção de 2001;
- ii) Fornecer informação pertinente à Comissão da UA para ajudar na elaboração dos relatórios de actividades e no relatório sobre a situação das Crianças em África.

f) Grupos de Crianças devem:

- i) Participar na implementação e supervisão do Apelo para uma Acção Acelerada e do Plano de Acção de 2001;
- ii) Mobilizarem-se para utilizar todos os fóruns disponíveis para apresentar as perspectivas das crianças nas decisões e programas que afectem as crianças.

ACÇÕES IMEDIATAS DE ACOMPANHAMENTO

32. **Nós aqui,**

- Mandatamos o actual Presidente da União Africana a apresentar este Apelo para uma Acção Acelerada como a contribuição Africana à Reunião Plenária Comemorativa de Alto Nível da Revisão Intermédia de Um Mundo Digno para a Criança na Assembleia Geral das Nações Unidas a ser realizada em Dezembro de 2007;
- Apelamos para a tomada de medidas a todos os níveis para implementar os compromissos assumidos no Plano de Acção sobre África Digna para as Crianças e no Apelo para uma Acção Acelerada;
- Apelamos para a disseminação do Apelo para uma Acção Acelerada o mais amplamente possível.

Feito no Cairo, Egipto aos 2 de Novembro de 2007

2008

Report of the second pan-African forum on children: mid-term review - 29 October - 2 November 2007 - Cairo, Egypt

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/3120>

Downloaded from African Union Common Repository